

UNIVERSIDADE ABERTA



**O VALOR DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO ATIVO POLÍTICO
INTERNACIONAL – O PAPEL DE PORTUGAL**

Pedro Bernardo

Mestrado em Português Língua Não-Materna

Lisboa, 2021

UNIVERSIDADE ABERTA



**O VALOR DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO ATIVO POLÍTICO
INTERNACIONAL – O PAPEL DE PORTUGAL**

Pedro Bernardo

Mestrado em Português Língua Não-Materna

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Mário Filipe

Lisboa, 2021

Resumo

A presente dissertação de mestrado tem como principal objetivo apresentar uma análise do valor da língua portuguesa como ativo político internacional. Da mesma forma é também importante clarificar o papel de Portugal na difusão e implementação da língua que não é apenas do país Portugal ou dos países de expressão portuguesa. É uma língua super-central que desde século XVI abandona o seu carácter regional e começa a pertencer a cada falante nos mais variados espaços do globo.

Sendo assim, pretende-se começar por contextualizar o objeto de estudo na área específica de política de língua e planeamento de língua. Analisar a génese destas atividades e através de exemplos entender o caminho paralelo percorrido pela língua e o poder político. Esta contextualização teórica acrescenta à tese de mestrado uma perspetiva histórica resumida mas relevante para a área. Informa-se desde contexto histórico da política e planeamento linguístico até às necessidades atuais e assim, acabamos por chegar à atualidade através do “barco” da língua portuguesa e dos seus “comandantes”. Torna-se necessário verificar as vantagens que estão associadas à língua portuguesa, nomeadamente o número de falantes da língua e a sua particularidade de marcar presença em cinco continentes. Realiza-se ainda uma análise do seu valor económico e social mas antes de tudo, e como esta pesquisa foca essencialmente o papel de Portugal, verifica-se a evolução, em termos de política de língua, de todos os governos portugueses posteriores ao 25 de Abril.

Com maior ou menor dificuldade de implementação, existem instituições que têm responsabilidades na execução de políticas de língua referentes à língua portuguesa. É parte fundamental deste trabalho dissertar sobre as mesmas e sendo assim apresentar uma análise cuidada da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) dos seus elementos e das suas estratégias, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões IP).

Palavras-chave: *Política de língua; planeamento linguístico; língua portuguesa; CPLP; IILP; Camões I.P;*

Abstract

The main objective of the present master thesis is to present an analysis of the value of the Portuguese language as an international political asset. Likewise, it is also important to clarify the role of Portugal in the diffusion and implementation of the language that is not only of the country Portugal or the Portuguese-speaking countries. It is a super-central language that since the 16th century abandons its regional character and begins to belong to each speaker in the most varied spaces of the globe.

Therefore, we intend to start by contextualizing the object of study in the specific area of language policy and language planning. To analyse the genesis of these activities and through examples understand the parallel path taken by language and political power. This theoretical contextualisation adds to the MA thesis a brief but relevant historical perspective to the area. It informs from the historical context of language policy and planning to current needs and thus, we end up reaching the present day through the "boat" of the Portuguese language and its "captains". It becomes necessary to verify the advantages that are associated with the Portuguese language, namely the number of speakers and its particularity of being present in five continents. An analysis of its economic and social value is also carried out but above all, and as this research focuses essentially on the role of Portugal, the evolution in terms of language policy of all the Portuguese governments since the 25th of April is verified.

With greater or lesser difficulty of implementation, there are institutions which have responsibilities in the execution of language policies concerning the Portuguese language. It is a fundamental part of this paper to dissect on them and thus present a careful analysis of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), its elements and strategies, the International Institute of the Portuguese Language (IILP) and Camões, Institute of Cooperation and Language, IP (Camões IP).

Keywords: *Language policy; language planning; Portuguese language; CPLP; IILP; Camões I.P;*

Agradecimentos

Uma página em branco para agradecer... Bem, é algo que não se pode desperdiçar...

Começo por agradecer profissionalmente e depois por me lembrar dos que estiveram sempre comigo para me ajudar em tudo o que fosse preciso.

Agradecendo...

O Professor Mário Filipe além de demonstrar uma disponibilidade imediata para todas as questões da Tese de Mestrado foi um ser-humano compreensivo, franco, perspicaz e minucioso, ou seja, uma capacidade analítica que nos dá segurança. Não “diz as respostas” mas quando escreve, oferece-nos a oportunidade de refletir, de tornarmos-nos relevantes nesta área, com uma atitude e dedicação sábia e por isso mesmo, própria de quem é sábio. Muito obrigado!

O Professor Ricardo Salomão que aceitou responder às minhas questões sobre o tema. Os seus apontamentos levaram-me a pensar que a teoria só terá sentido se pusermos em prática a prática. Honrosamente usei as suas palavras para me ajudar a concluir alguns temas. Muito obrigado!

Ao Miguel Teixeira que comprovou tudo aquilo que eu pensava dele. Alguém que afirma, que defende, que expõe e que sobretudo não tem medo da sua opinião, factos que fazem dele um distinto orador. A sua dedicação às perguntas que lhe fiz demonstram que quando o assunto é Portugal e a Língua Portuguesa nunca ninguém estará sozinho... Muito obrigado!

Aos meus! Aos do amor! Ao pai, à mãe e à irmã. E aqueles que se tornaram meus: ao José Eduardo e ao Manel, à Catarina (e à sua família que me enchem de mimos) e à Sofia. Também aos amigos Duarte e Fernanda que sabem bem tudo o que tive de percorrer... e por isso me leva a repetir o nome: Catarina!

Muito obrigado.

Índice

Resumo.....	i
<i>Abstract</i>	ii
Agradecimentos.....	iii
Índice de figuras.....	v
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	vi
Introdução	4
1- Objeto de Estudo e motivações (quotidianas)	4
2- Metodologia da investigação.....	5
3- Organização e estrutura.....	6
I - Política e planeamento linguístico <i>avant la lettre</i>	9
II - A Fase clássica.....	11
III- A globalização, o pós-modernismo e a ecologia das línguas	13
IV - Política e planeamento linguístico em Portugal.....	18
1- Democraticamente, um início conturbado	19
2- Uma democracia em processo de consolidação.....	23
3- Século XXI, Política condizente?.....	29
4- Políticas de língua em Portugal – Síntese governativa	38
V - A Língua Portuguesa em perspetiva	40
1- O valor social e económico da Língua Portuguesa	43
VI - Políticas de promoção da língua portuguesa.....	49
1- A CPLP.....	50
2- O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).....	55
3- O Camões IP	58
3.1 - Camões (IP) e comparações	61
3.2 - Camões IP – Rumos atuais e críticas	64
Conclusão.....	69
Bibliografia	73
Anexos	80
Questionário – Ricardo Salomão	80
Questionário – Miguel Teixeira	82

Índice de figuras

Fig.1 – Esquema da Galáxia de línguas de Abram Swaan.....	16
Fig.2 - Modelo de Política de Língua proposto por Spolsky.....	17
Fig.3 - O Estatuto de LP no mundo em milhões de falantes.....	42
Fig.4 - As línguas e o respetivo valor do PIB mundial.....	47
Fig.5 - Linha temporal do Camões I.P.....	59
Fig.6 - Indicadores gerais de atividade do Camões IP.....	60
Fig.7 - Indicadores gerais de atividade Rede Cultural Brasil.....	61
Fig.8 - Informação geral sobre o QuaREPE.....	68

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Camões IP (Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP)

CAPLE – (Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira)

CEE (Comunidade Económica Europeia)

CELPE–Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Brasileiro)

CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)

EPE (Ensino de Português no Estrangeiro)

FMI (Fundo Monetário Internacional)

ICALP (Instituto de Língua e Cultura Portuguesa)

IDE (Investimento Direto Estrangeiro)

IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)

ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional)

IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento)

LOP (Língua Oficial Portuguesa)

LP (Língua Portuguesa)

LPP (*Language Planning and Policy*)

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

SADC (*Southern African Development Community*)

MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

PIB (Produto Interno Bruto)

PLPL (Política de Língua e Planeamento Linguístico)

QERC (Quadro Europeu Comum de Referência)

QuaREPE (Quadro de Referência para o Ensino de Português no Estrangeiro)

UE (União Europeia)

UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)

VOC (Vocabulário Ortográfico Comum)

Introdução

1- Objeto de Estudo e motivações (quotidianas)

A missão de abordar um tema que diz tanto à sociedade portuguesa apresenta-se como um verdadeiro desafio, ou melhor, são vários desafios. Evitar a ligação sentimental que se pode ter em relação à nossa própria língua e pátria é o maior de todos. Ao dissertar sobre o papel de Portugal na promoção da língua portuguesa deve-se procurar uma posição neutra e clarividente. É com esse espírito que inicio este processo investigativo, no entanto, tal não significa que não se encontre, à partida, vantagens políticas evidentes que a língua portuguesa oferece.

Esta pesquisa pretende identificar as vantagens referidas e construir “estradas”, através da política de língua, que clarifiquem caminhos a seguir no que à valorização e divulgação da língua diz respeito. Mas Portugal não pode estar “orgulhosamente só” neste processo. Pelo contrário, deverá estar na sua base, a cooperação com os diferentes países da CPLP ou com os países “amigos”, diferentes organizações regionais a que cada país de expressão portuguesa pertence ou ainda dotar de meios as diferentes organizações responsáveis pela divulgação da língua portuguesa.

Foram dois os motivos que me levaram a escolher esta temática. Começemos pelo que já foi referido anteriormente, o interesse quase espontâneo que uma parte da sociedade expressa pela língua portuguesa. Não são raras as vezes, que nos deparamos com polémicas diversas à volta da língua portuguesa em diversos meios de comunicação social ou tão-somente num pequeno grupo de amigos. É habitual criticar, e normalmente num tom depreciativo, vários aspetos que giram em torno da língua portuguesa. Acordos ortográficos, determinado português que num discurso no estrangeiro utilizou outra língua para se expressar, músicas que concorrem ao festival da canção e que utilizam a língua inglesa, ou ainda, falta de recursos, em determinada áreas específicas, em português de Portugal na internet.

Assim consideremos dois aspetos essenciais da motivação deste estudo. (1) Como português, sempre terei refletido no que estaria por trás de tão acérrimos defensores da língua portuguesa, seria um valor intrínseco ao ser português? Nos outros países de

expressão portuguesa o sentimento seria similar? (2) Como investigador na área de Política de Língua, que os estudos elaborados no 1.º ano do Curso de Mestrado de Português Língua Não Materna me levaram a ser, passei a considerar esta área, que tanto interesse me despertou, para relacioná-la com as questões da língua portuguesa.

Não sendo o objetivo do trabalho dar resposta (pelo menos diretamente) a qualquer uma destas questões são aspetos em que a política de língua pode ter um raio de ação. A génese de Política de Língua e Planeamento de Língua é um importante alicerce para poder estipular o objetivo de descobrir “O valor da língua portuguesa no contexto político internacional – O papel de Portugal”.

2- Metodologia da investigação

Para a realização desta dissertação de mestrado, optou-se pela consulta de monografias diversas relacionadas com o tema, política e planeamento linguístico onde destaco a contribuição de Cooper, Haugen, Calvet, Ricento e Spolsky, através das referidas monografias mas também publicações periódicas e revistas científicas disponíveis principalmente na internet.

No campo mais específico do estudo da língua portuguesa como ativo político internacional também encontramos bibliografia específica e de valor. É o caso dos trabalhos realizados na área pelo orientador desta dissertação Prof. Dr. Mário Filipe, a tese de doutoramento realizada sobre o tema de Mónica Alley e os trabalhos e entrevistas de Carlos Reis entre outros referidos na bibliografia do plano.

A consulta de jornais relacionados com a área e as páginas eletrónicas do Camões IP, IILP e CPLP também contribuíram decisivamente para fundamentar as informações destas organizações.

Para a realização da tese de mestrado pretendia realizar algumas entrevistas que garantissem um acréscimo de aspetos relevantes ao tema. Não sendo possível concretizar a participação de quatro entrevistados que estavam previstos foi com muita satisfação e segurança, no sentido de obter informação académica relevante ao tema, que dois dos entrevistados previstos se disponibilizaram e responderam ao meu questionário. Passo desde já a realizar as apresentações que tanto contribuíram (como se poderá verificar ao longo da dissertação) para o rigor da pesquisa:

Professor Doutor Miguel Teixeira é professor de português, ex-deputado da assembleia da república, eleito pelo círculo de Braga nos XIII e XIV (1995-2002) governos constitucionais.

Professor Doutor Ricardo Salomão é professor universitário (UAB) com mestrado em Língua e Cultura Portuguesas, variante em Estudos Linguísticos na Universidade de Macau e Doutorado no Ramo de Estudos Portugueses, especialidade Política de Língua. Ambas as entrevistas podem ser consultadas em Anexo.

De uma forma geral, todas outras fontes que contribuíram para um trabalho objetivo e bem estruturado como por exemplo, notícias diárias e vídeos sobre o assunto, diferentes entrevistas a personalidades relevantes ao tema, como por exemplo o presidente do Camões I.P ou ainda uma observação natural através do contacto com colegas de trabalho e outros que tenham opinião que se considere relevante ao tema.

É importante ainda, situar este trabalho de investigação num estudo maioritário de política de *status*, é essa a base de análise. Entender as políticas de língua do português dentro do próprio país e principalmente a nível internacional é a parte fundamental do trabalho.

3- Organização e estrutura

Tendo por base as justificações apresentadas para o tema escolhido, reparo que podemos considerar quatro níveis de interesse que se vão verificando progressivamente ao longo da dissertação.

O primeiro nível de interesse prende-se com a génese das atividades de Política de Língua e Planeamento Linguístico. Verifica-se que a língua sempre esteve associada ao poder e estendia-se por consequência deste. E atualmente? Como funciona a política e planeamento da língua? É possível que se verifique o processo contrário? Ou seja, que o poder se manifeste através da “conquista” linguística? Vejamos por exemplo a hegemonia recente da língua inglesa.

O segundo nível de interesse prende-se com a língua portuguesa. Devemos então, atentar ao aspeto relevante do número de falantes da língua portuguesa, os últimos dados

do Ethnologue (2019) apontam para cerca de 220¹ milhões de falantes fazendo com que seja a sexta língua materna mais falada no mundo, terceiro lugar entre as línguas europeias sendo que é a mais falada do hemisfério sul e ocupa o quinto posto entre as línguas mais utilizadas na internet. A curiosidade referida advém de entender que políticas linguísticas contribuíram para o franco crescimento do número de falantes da língua? Será apenas resultado do aumento demográfico em países como Brasil, Angola e Moçambique? As projeções das Nações Unidas (2016) indicam que em 2050 haverá cerca de 387 milhões de falantes da língua portuguesa em todo o mundo e será interessante para a presente investigação verificar as políticas linguísticas que acompanham todos estes dados animadores.

Tendo em conta os argumentos anteriores, encontramos assim o terceiro nível de interesse do trabalho investigativo. Qual o papel de Portugal na promoção e divulgação da língua portuguesa? Sendo assim, torna-se relevante verificar e analisar a política de língua do país pós 25 de abril. Pretende-se verificar o valor da língua portuguesa à escala global e verificar as políticas que visam o seu fortalecimento através da análise da sua força e potencial enfatizando assim o papel de Portugal numa perspetiva que evita colocar o país como “dono” da língua mas antes investigar as responsabilidades políticas na promoção e divulgação da língua portuguesa. Assim, é necessário analisar as instituições que são responsáveis por essa promoção da língua e esse é o quarto nível de interesse.

Dentro do papel que Portugal deve desempenhar, que lugar ocupa o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua? Que evoluções se verificam desde a sua formação? Que caminhos de futuro? E quanto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Como tem funcionado a cooperação entre os países da comunidade? E qual deverá ser o papel do Instituto Internacional da Língua Portuguesa? Que progressos se obtiveram na divulgação da língua portuguesa?

Os quatro níveis de interesse que foram expostos bem como as perguntas que foram feitas ao longo do tópico constituem a base impulsionadora do estudo.

O presente trabalho de investigação apresenta os tópicos que considero pertinentes para um desenvolvimento natural do tema. (1) Primeiro dissertar sobre Política de língua e planeamento linguístico realizando uma contextualização histórica e atual. (2) Oferecer

¹ Este número parece ser bem conservador, tendo em conta que praticamente corresponde só à população do país Brasil. O número mais aproximado da realidade rondará os 260 ou 270 milhões de falantes.

ao trabalho investigativo uma perspetiva histórica de diferentes governos em relação à política e planeamento linguístico em Portugal bem como verificar o rumo do governo atual. (3) A promoção da língua portuguesa; A CPLP e o IILP, o Camões IP e investigar sobre as oportunidades *online* para o ensino de línguas, neste caso, a língua portuguesa. (4) Conclusão: sobre a internacionalização da Língua Portuguesa e sobre o papel de Portugal com análise conclusiva das políticas de língua e sobre a importância da CPLP e do Camões IP.

I - Política e planeamento linguístico *avant la lettre*

“Political and military conquest have been major causes of language spread. Aramaic in the ancient world, Greek in the Eastern Mediterranean, Latin in Western Europe, Arabic in the Middle East and North Africa are all cases. In these cases, the rulers did not follow an explicit policy of requiring the conquered to learn their languages, but essentially left the choice open.”

(Spolsky, 1998: 75)

“A língua sempre foi companheira do império.”² Percorrendo pedaços da história mundial e militar que muitas vezes originou a conquista de outros povos, facilmente verificamos que a imposição da língua do império era parte fundamental da verdadeira conquista realizada. Portugal é um exemplo dos dois lados da moeda. Primeiro quando ainda antes de se tornar uma nação era conquistado por outros povos e mais tarde (o outro lado da moeda) quando na época da sua “Expansão Marítima” parte à conquista de “novos lugares” e simultaneamente constrói um império com espaços geográficos que ocupavam cinco continentes.

Em qualquer dos casos referidos existe claramente uma política de língua adjacente mais ou menos impositiva. É evidente que nos exemplos oferecidos parece não existir uma consciência formal (Marquês de Pombal³ marca, talvez, a primeira decisão de política de língua *avant la lettre*, em Portugal) ou uma definição do que seria a política de língua, o aparecimento como ciência é bem mais recente, e que este ato político tenha sido realizado de forma involuntária como consequência da subjugação dos povos conquistados. Mas, verificamos por exemplo na primeira situação, o latim proliferou e foi amplamente falado pelas comunidades ibéricas assim como a língua árabe, tanto que acabaram por influenciar o próprio português que mais tarde se constituiu como língua. Ou ainda, no segundo caso, que a língua portuguesa foi altamente difundida nas antigas colónias portuguesas e preservada (em grande parte) até aos dias de hoje, dando origem inclusive ao aparecimento de novas línguas, como é o caso de alguns crioulos.

² Gramática Castelhana de Nebrija.

³ Projeto de exclusividade da língua portuguesa – No séc. XVIII a Coroa portuguesa impõe o português como única língua que deve ser usada nas suas colónias. Esta intervenção era mais importante ainda nas colónias americanas onde vários segmentos sociais não utilizavam a língua da metrópole.

Importa realçar que os exemplos expostos anteriormente apresentam-se como um caso-típico de política de língua por imposição claramente assente na forma *hard power*. No entanto, sabemos que política de língua é bem mais do que um simples ato de aculturação secundária.

Atualmente devemos destacar os atos políticos premeditados e organizados, os esforços deliberados de um indivíduo, de uma organização pública ou privada, de um governo no sentido de intervir na sociedade de forma a resolver problemas linguísticos, realizar alterações linguísticas ou implementar/menosprezar determinada língua. Assim, descreve-se também parte da definição de política de língua no seu nível externo.

“Language planning refers to deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes.”

(Cooper, 1989: 183)

Mas ainda muito antes de qualquer estudo formal na área, e como podemos verificar nos exemplos anteriores, muitas políticas linguísticas foram desenvolvidas. Quando surge a consciência formal de Política de língua e mais tarde Planeamento linguístico muitos exemplos anteriores foram detetados e até fundamentais para o aparecimento e consolidação desta nova área. Vejamos os exemplos de Cooper⁴ que são um ponto de partida importante para a deteção de diferentes casos de Política de Língua em ação. Todas as situações representadas permitem verificar que o planeamento linguístico sempre acompanhou a história humana desempenhando um papel importante, mesmo que até metade do séc. XX tenha sido pouco ou nada estudado como ciência ou essencialmente nas suas funções.

Ainda a esse propósito, Kaplan e Baldauf Jr. (1997) acreditam que a presença do planeamento de língua é tão antiga quanto a história da humanidade. A nível político entende-se que desde sempre o poder tomou decisões de carácter linguístico, tomando

⁴ Na sua obra *Language Planning and social change* (1989) foca quatro exemplos essenciais que permitem a Cooper desenvolver uma definição clara de Planeamento Linguístico mas também permitem entender que a política e o planeamento linguístico eram partes integrantes de mudanças sociais ainda antes de se constituir como uma nova área de estudo. A fundação da Academia Francesa, o reaparecimento do hebraico na Palestina, a campanha feminista nos Estados Unidos que obriga a mudanças linguísticas significativas e a literacia em massa na Etiópia.

opções diretas que influenciaram a língua usada pela população. A nível económico constata-se que desde cedo se efetuam trocas comerciais em diferentes línguas, o que obrigava os mercantes a realizar uma espécie de pacto linguístico no sentido de obter compreensão mútua e que pode ser entendido como um processo de planeamento língua. Assim, em diferentes áreas e em diferentes momentos históricos se verifica a presença constante da política e planeamento de língua quer seja de forma explícita ou omissa. Esta interdisciplinaridade presente na política de língua dificulta a sua perceção e formação como nova área sociolinguística mas também ao mesmo tempo (e depois de consolidada durante o séc. XX) garante a sua continuidade eterna. No fundo, enquanto existir uma atividade social humana existirá sempre uma política de língua associada.

II - A Fase clássica

No tópico anterior, já tínhamos referido que os estudos formais sobre política e planeamento linguístico surgem na segunda metade do séc. XX. O fim da segunda guerra mundial, o grande aumento do fluxo migratório e a independência de novos países levantam muitas questões sociais e políticas um pouco por todo o mundo. Assim, no processo de formação de novas pátrias, principalmente derivadas do processo de descolonização, salta à vista um “problema” linguístico inerente, as várias línguas autóctones que as regiões possuíam em conjunto com a língua falada pelo país colonizador faziam com que estes novos países apresentassem novos desafios linguísticos a uma sociedade até então voltada para o monolinguismo.

A questão inicial e também central (à época) poderá facilmente ser resumida na pergunta realizada por Rubin e Jernud (1971) *Can language be planned? Sociolinguistic theory and practice for developing nations*. O título deste livro exemplifica bem a importância do tema. Fica explícito para os investigadores linguísticos que a pergunta realizada pelos autores parece ter uma resposta clara. Fishman (1974) por exemplo considerava a pergunta retórica e evidentemente considerava que a língua pode (e deve) ser planeada. Não deixa de ser interessante que em 2020 Spolsky regressasse a esta reflexão num projeto que designa como *Can language be managed?*

A história da disciplina bem como a sua evolução ao longo do tempo parece confirmar a afirmação de Fishman. Logo à partida na forma de resolução de problemas

linguísticos e sociais como resposta à formação de novos países tendo muitas vezes o principal objetivo de homogeneizar e unificar uma língua em determinado país. Como em qualquer intervenção política há uma posterior apreciação e avaliação do processo, os grandes autores da época começam, então, a questionar a atividade desenvolvida. Além de entenderem que existiram erros de planeamento político e linguístico (detetado posteriormente nas décadas de 80 e 90) os planeadores parecem voltar a questão para a génese das atividades que acabavam de realizar. Surge assim a necessidade de definir tipologias na nova área de PLPL.

Haugen (1959) tenta fazer uma definição das referidas atividades, o que o leva a encontrar uma nova área temática (considerada assim posteriormente em 1964). Se o termo “política de língua” já fazia parte do vocabulário de linguistas e sociolinguistas à época, o termo e sobretudo o conceito de “planeamento de língua”, que surge a propósito do estudo da situação linguística em que a Noruega se encontrava, era uma ideia pioneira que em muito influenciou os estudos nesta área.

Além da inovação referida ainda apresenta argumentos significativos na distinção, tão importante para o planeamento linguístico, entre *Status Planning* (intervensões nas funções da língua) e *Corpus Planning* (intervensões na forma da língua) mais tarde desenvolvido e aceite de forma unânime por Kloss (1967).

“Kloss introduziu uma distinção entre o planeamento do corpus e o planeamento do status, que teria repercussões importantes. O planeamento do corpus se relacionava às intervenções na forma da língua (criação de uma escrita, neologia, padronização...), enquanto o planeamento do status se relacionava às intervenções nas funções da língua, seu status social e suas relações com as outras línguas.”

(Calvet,2007:29)

Apoiado nestes argumentos bem como nas ideias, já referidas, de Joshua Fishman, Cooper acrescenta aos estudos sociolinguísticos uma importante reflexão na área. Os seus trabalhos acabam por influenciar os planeadores linguísticos até à atualidade. Através do trabalho de Cooper entende-se que qualquer planeamento linguístico tem de ter em conta o aspeto social, ou seja a sociedade tem de ser parte desse planeamento. Este aspeto é muito importante para o ensino de uma língua estrangeira e portanto quando falamos de implementação, divulgação e promoção de uma língua deverá ser necessário ter em conta todos estes contextos teóricos para assim garantir uma boa prática.

⁵*Não existe nada mais prático do que uma boa teoria. (tradução nossa)*

(Kurt Lewin, 1952:169)

No entanto, é aproximadamente nesta fase que começam a evidenciar-se algumas das principais críticas da PLPL.

Voltando ainda ao trabalho desenvolvido por Cooper que culmina na sua própria proposta de definição de planeamento linguístico verifica-se uma nova particularidade relevante para os estudos na área. É a inclusão de mais um tipo de planeamento, além do *Status Planning* e *Corpus Planning* (já referidos) a comunidade linguística em geral aceita o aparecimento de um terceiro planeamento chamado de *Acquisition Planning*⁶.

Assim, os três tipos de planeamento em conjunto com falhas sociais evidentes relativas ao processo de modernização das nações mais recentes levam a um conjunto de críticas que põem em causa todo o PLPL realizado. Se existem interesses políticos por trás do planeamento realizado então é natural que o próprio conceito de planeamento linguístico seja posto em causa. Este imperialismo linguístico decidido por interesses de poder leva-nos a uma nova etapa na história e desenvolvimento da PLPL; a ecologia das línguas.

III- A globalização, o pós-modernismo e a ecologia das línguas

O início da década de 90 está vincadamente ligado a ideias mais robustas de direitos humanos e, também relacionado, à defesa de todo os tipos de minorias em variados contextos. Assim, e tendo em conta o desgaste da fase clássica da PLPL,

⁵ apud *Tópicos para uma boa análise de dados de estudos empíricos*, p.280. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1136>

⁶ Com base nos estudos e na definição proposta por Prator, Cooper propõe ainda um terceiro domínio. No processo de tentar distinguir *Status Planning* e *Corpus Planning*, Cooper afirma que quando o planeamento é destinado a aumentar o número de utilizadores da língua não encaixa diretamente em nenhum dos domínios referidos, propondo então *Acquisition Planning*. Este domínio resumidamente será “os esforços organizados para promover o ensino de uma língua” (*Language Planning and Social Change*, Cooper, 1989: 162)

começam a surgir novos caminhos, construídos através de ideias mais inovadoras e também mais solidárias com as próprias línguas, na área político linguística. Este aspeto torna-se mais visível num contexto de globalização assente numa cultura anglo-saxónica em que o inglês já ocupava uma posição híper-central e a uma certa americanização no contexto global. Ora, se em termos linguísticos as novas ideias dominantes defendiam as línguas em “vias de extinção” assentes na pluralização e respeito pela diversidade (linguística) depressa percebemos que a nova fórmula “ecologia das línguas” iria significar um verdadeiro virar de página na história da PLPL⁷ cada vez mais inserida na área sociolinguística que parecia colocar em prática as ideias de Haugen (1972) quando reflete sobre o tema com uma nova abordagem e começa a utilizar o termo “ecologia da língua” definida como “o estudo da interação de uma língua com o seu meio ambiente”. Este novo paradigma leva-nos a incentivar o multilinguismo e as línguas estrangeiras sendo que cada ser humano teria o direito de poder utilizar qualquer língua à sua escolha.

“O verdadeiro meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua existe somente na mente de seus usuários, e só funciona relacionando esses usuários uns aos outros e à natureza, isto é, o meio ambiente social e o natural [...]. A ecologia da língua é determinada primordialmente por aqueles que a aprendem, usam e transmitem a outros.”

(Haugen⁸, 1972, p. 325)

A defesa contra um certo imperialismo linguístico vigente e o surgimento do pluralismo cultural (também ele presente numa nova ideia de pluralismo linguístico) leva os estudiosos do tema a optar por uma postura mais radical no sentido de defender as novas ideias linguísticas com firmeza e de forma convicta.

Phillipson (1992, 1997) é um exemplo claro dessa postura interventiva, também Skuttnab-Kangas (1986) se mostrava um verdadeiro defensor da diversidade linguística cunhando inclusive o termo “linguicismo” em relação às línguas super ou híper centrais que absorviam por completo as minorias linguísticas e não permitiam o seu

⁷ A este propósito Bernard Spolsky explicava no seu livro *Sociolinguistics: From the point of view of many observers, this growing linguistic hegemony of English is dangerous and harmful, and it is not unnatural to seek someone to blame. But whatever the cause, the spread of English is producing a new sociolinguistic reality, by threatening to take over important functions from other major languages, and by furthering language shift. It is an important task of sociolinguistics to understand this process.* (1999, p. 77)

⁸ *apud* Garner, *Ecologia da Língua como teoria linguística*, p. 67

desenvolvimento. Estes novos movimentos não estavam isentos de críticas e por isso outros autores apresentavam uma visão mais natural em relação às línguas. Uma clara visão darwinista assente na ideia de que as próprias línguas estavam sujeitas à sua própria evolução ou extinção. A esse propósito Ricento (2000) no seu artigo “*Historical and theoretical perspectives in language policy and planning*” falava de uma visão utópica em relação aos autores dos anos 90.

“If the technocrats of LPP in the 1950s and 1960s could be criticized for their naive (or disingenuous) claims of political neutrality in their attempts to aid the program of Westernization and modernization in the developing world, the supporters of linguistic human rights of the 1980s and 1990s are susceptible to charges of utopianism in their... dream of modernist universalism’ [...] Another concern raised by critics of the language ecology/language rights approach is that discussions of language status are couched in the rhetoric of political science.”

(Ricento, 2008; p. 206)

Assim, uma outra posição moderna admite que o princípio do pluralismo cultural está relacionado com a identidade individual (ou inserida num grupo) que nos leva a acreditar que os falantes da língua são verdadeiros agentes de mudança na própria. Esta é mais uma vez uma perspectiva defendida por Ricento e assente nos três princípios que caracterizam esta fase do Planeamento de Língua e teorizados por Horneberger (2006) “ideology, ecology and agency.”

Podemos portanto, perceber a analogia entre as línguas e os produtos expostos num mercado. É o cliente que decide o que pretende, existem produtos mais apetecíveis do que outros e em última análise uns produtos são retirados do mercado ao mesmo tempo que outros são cada vez mais requisitados. Calvet (1999, 2002) explora essa perspectiva a partir da proposta de Abram Swaan (2001) de um modelo gravitacional onde tal como no universo os planetas giram à volta de uma estrela central, também nas línguas podemos verificar esse comportamento, se imaginarmos por exemplo o inglês como a estrela que tem como planetas principais o francês, o espanhol ou o português. No fundo, a principal diferença é que admite-se a possível substituição dessa estrela por um outro qualquer planeta que ocupe essa nova função.

“If an Arab and a Chinese, a Russian and a Spaniard, or a Japanese and a German meet, they will almost certainly make themselves understood in the one and the same language, one that connects the supercentral languages with one another and that therefore

constitutes the pivot of the world language system. This 'hypercentral' language that holds the entire constellation together is, of course, English."

(Swaan, A. 2001, p. 6)

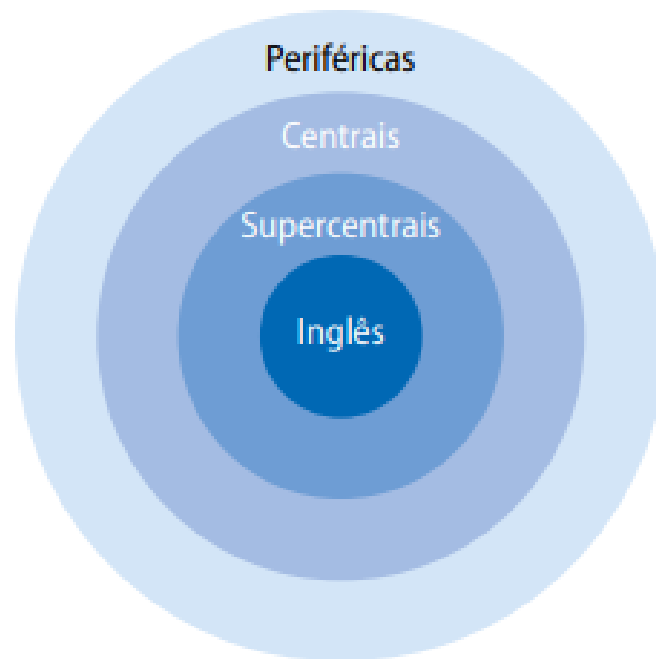


Fig.1 – Esquema da Galáxia de línguas de Abram Swaan⁹

Esta nova perspectiva de Swaan também vai ao encontro e sobretudo alimenta a imagem do “mercado das línguas”.

É já no início deste século que, tendo em conta todas as perspectivas e teorias sobre a PLPL, surge em destaque o conceito da Teoria de Gestão Linguística. Os nomes que mais contribuíram para este novo paradigma são Jernudd & Neustupný (1986), Kaplan & Baldauf (1997) e mais recentemente e com uma importância superior¹⁰ Spolsky (2009).

Verifica-se uma mudança significativa no paradigma da disciplina de PLPL existindo claramente uma certa distância em relação aos primórdios desta nova área,

⁹ Imagem retirada de, *O Essencial Sobre a Língua Portuguesa* p.24

¹⁰ Atenemos ao termo em inglês “language management”, em francês “aménagement linguistique” ou como já foi referido anteriormente como Teoria da Gestão Linguística. A importância referida deve-se ao facto de Bernard Spolsky ter tido uma contribuição decisiva para torná-la um campo de abordagem específico na PLPL.

principalmente se pensarmos que classicamente era conotada como uma tentativa de influenciar o comportamento linguístico dos falantes e agora, segundo Spolsky, antes de tudo devemos ter em conta as escolhas dos falantes perante a língua. Em vários domínios, os falantes podem fazer a gestão das suas escolhas (família, escola, espaços públicos, empresas ou governos).

Spolsky (2006) apresenta novos pressupostos para uma nova epistemologia para a área. Se na década de 60' encontrávamos um modelo tradicional linear caracterizado por uma relação única entre Política de Língua que formula uma determinada política e o Planeamento de Língua que aplicava as ações com vista à sua implementação com o novo de paradigma de Spolsky a Política de Língua apresenta três componentes organizados mutuamente e de valor equivalente. Os *beliefs*, que são as representações que subjazem às políticas propostas; as *practices*, práticas relativas à ecologia linguística específica de cada região e o *management*, são as ações que têm como objetivo manipular o comportamento da comunidade em causa. A este propósito Shohamy (2006) propõe a seguinte organização das ideias de Spolsky:

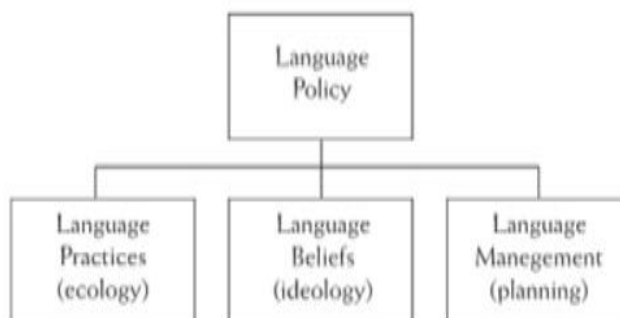


Fig. 2 – Modelo de Política de Língua proposto por Spolsky e representado por Shohamy (2006) [in Shohamy (2006) p. 53 apud A pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos p.313]

Entende-se que a Teoria da Gestão Linguística parece poder ser aplicada nas mais diversas áreas de estudo alargando consideravelmente o campo de ação da PLPL e as suas interações interdisciplinares. Verificamos que a PLPL acompanhou desde sempre a evolução social humana, tentando oferecer respostas a cada momento histórico específico. Esse foi o “combustível” da disciplina no sentido de oferecer soluções em

vários contextos, resolver conflitos ou tão-somente acompanhar a evolução humana e é assim que se apresenta o futuro, com novos desafios como o desenvolvimento tecnológico, os novos meios de comunicação, a facilidade na mobilidade humana e de obtenção e transmissão de informações entre outros. A resposta deve ser a mesma, acompanhar os tempos e oferecer soluções a problemas transversais e multidisciplinares.

IV - Política e planeamento linguístico em Portugal

Entendemos que é necessário ter presente qual a influência que as entidades político-linguísticas terão na sociedade. Desistir de uma política de língua é desistir da própria língua e se me permitem uma comparação mais figurativa, é vender os olhos enquanto se conduz um barco pela corrente do rio. Estudar e investigar as falhas do planeamento linguístico será sempre a solução e no caso da língua portuguesa esse parece ser o problema que salta à vista, ou seja, existe política de língua (é um aspeto inegável, até pelos decretos-lei sobre o assunto) mas talvez não exista ou pelo menos apresentam-se falhas na colocação em prática dessa política, mais precisamente no planeamento linguístico.

Admite-se que a língua portuguesa terá atingido o seu auge, entenda-se como o período mais importante da sua história, no decorrer do séc. XV, onde chega a ser a língua franca internacional utilizada em vários negócios ao longo de diferentes portos do oceano Atlântico e Índico.

Só no final do séc. XX a língua portuguesa volta a ocupar um lugar de destaque na cena internacional. Esta nova projeção global deve-se essencialmente ao Brasil na América do Sul e aos países da África Subsariana. Aspetos a ser desenvolvidos mais adiante no trabalho de investigação.

Interessa agora verificar e analisar o papel político-linguístico que Portugal teve neste final do século, principalmente pós 25 de Abril de 1974. A ação de Portugal nas redes de ensino no estrangeiro aparece muito antes através de diferentes nomenclaturas mas que acabavam por ter esse papel principal. Desde a Junta da Educação Nacional (1929/1936) até ao mais recente Camões, I.P (1992 até à data).

1- Democráticamente, um início conturbado

A revolução de 25 de Abril oferece a oportunidade de Portugal e os países de língua portuguesa surgirem na cena internacional, caminhando assim para a internacionalização da língua.

“Os novos países ao tomarem a decisão política soberana de tornar a língua portuguesa sua língua oficial, adicionaram à língua portuguesa uma dimensão internacional pluricontinental [...].”

(Mário Filipe, 2013:3)

Assim torna-se importante, para esta investigação, verificar e analisar o que foi feito por diferentes governos portugueses até à atualidade.

Sob esta premissa podemos por exemplo observar que o III governo provisório português apresentava no seu *Programa de Política Económica e Social*, aprovado a 7 de Fevereiro de 1975, total abertura e parecia incentivar o diálogo e a criação de relações institucionais com outros estados. Não apresentando propriamente uma Política de Língua, não deixa de ser um pequeníssimo passo para um debate da sua existência, tendo em conta os períodos anteriores da história portuguesa.

Na área da Política de Educação salienta-se a nova pretensão de efetuar um “estabelecimento de acordos culturais com novos países de língua portuguesa e países com os quais não existiam relações diplomáticas e revisão, quando necessário, dos acordos culturais existentes.” Sabendo nós agora da interdisciplinaridade característica da PLPL, a abertura de relações políticas e institucionais bem como organizações internacionais (destaca-se a aproximação à UNESCO) é sem dúvida relevante para o seu desenvolvimento.

Os anos seguintes caracterizam-se por uma forte instabilidade política e social, no entanto é possível detetar em alguns programas de governos constitucionais uma clara

preocupação com Língua e Cultura Portuguesa bem como a preparação de caminhos que levassem a ocupar um lugar na Comunidade Europeia¹¹.

O programa do V Governo Constitucional (1979-1980) não apresentava políticas diretas em relação à língua portuguesa. No entanto constata-se que existem várias referências à cultura portuguesa e aos seus “contactos” estabelecidos pelo mundo. Este aspeto é indissociável da língua portuguesa e portanto (aparentemente) são lançados fundamentos para o desenvolvimento de uma política externa rigorosa e clara que visam a divulgação da mesma.

No tópico dedicado à Educação e qualidade de vida o VI Governo Constitucional (1980-1981) apresenta no seu programa uma forte motivação interna. Voltado para as necessidades da população, este governo preocupa-se com a democratização do ensino e com o acesso geral e efetivo à educação¹². Propunha-se a “reconstruir o sistema educativo em dignidade e liberdade e de lhe conferir eficiência”. Mas é no que diz respeito à divulgação ou defesa da língua portuguesa que existe uma tremenda evolução de conceitos e atitudes perante a língua.

A prioridade oferecida à promoção e defesa da língua (terceira opção fundamental do governo) é um fator evolutivo determinante, sobretudo se atentarmos ao facto novo de se considerar a língua portuguesa como um património de quem ela fala e não exclusivamente da nação Portugal¹³. E assim Portugal propõe-se a juntar esforços com os

¹¹ No Programa do IV Governo Constitucional é possível verificar a preocupação referida. Sob o tópico Educação e Investigação Científica, p. 57:
[...]

f) A Língua e a Cultura portuguesas constituem um património comum de populações que estão dispersas pelo mundo. Nesse sentido, as Comunidades Portuguesas no estrangeiro merecerão a maior atenção e apoio neste domínio. Esse património deve representar também um elo de ligação com os países de expressão portuguesa, que deverá ser fortalecido através de meios eficazes de intercâmbio nos sectores julgados, por ambas as partes, como mais convenientes. Ainda, neste domínio, deverá ser dado relevo nos programas escolares dos diversos níveis, a matérias relacionadas com a cultura portuguesa. E, preparando o caminho para o nosso lugar na Comunidade Europeia, é importante que se comece a introduzir, nos "curricula" escolares, disciplinas de Cultura europeia e a incentivar o ensino das línguas europeias.

¹² Programa do VI Governo constitucional:
Educação e Ciência

A acção do Governo na área da Educação e Ciência terá como objectivo fundamental responder às necessidades culturais e profissionais da população, e em particular da juventude, no que respeita à realização integral do indivíduo e à sua preparação para a modernização e desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas. Com esse fim, o Governo favorecerá a participação activa e responsável dos parceiros do processo de educação, instaurando um clima de diálogo, respeito mútuo e confiança.

¹³ Programa do VI Governo Constitucional:
Negócios estrangeiros (p. 6)

países de língua portuguesa no sentido de “todos a considerarem de todos” e não apenas propriedade de um país.

“Digamos que tal opção se traduziu num ganho de mais de centena e meia de milhões de falantes para o que se poderia designar como regime de “condomínio linguístico”.

(Mário Filipe, 2005: 166)

Podemos perceber que em todos os programas de governo verificados existem referências (diretas ou não) à política de língua a desenvolver. Quer referindo-se como defesa da língua, quer como promoção ou até outra nomenclatura, os propósitos em relação à língua estão teoricamente previstos nestes documentos. Colocar em prática estas políticas linguísticas é que foi bem mais exigente do que a alteração de nomenclaturas entre um governo e outro.

Em primeiro porque todos estes governos foram de duração extremamente curta (repare-se que de 1976 a 1981, sete governos tomaram posse) o que prejudica claramente a aplicação de políticas governamentais e em segundo porque era prioridade evidente a melhoria do ensino a nível interno em termos de infraestruturas, formação de professores e democratização do mesmo.

Além da instabilidade na política portuguesa referida anteriormente também o mundo atravessava uma enorme tensão internacional devida aos avanços (e recuos) da União Soviética e é neste ambiente que o VII Governo Constitucional Português (1981) assume funções. *Nem subserviências nem arrogâncias* (p. 24) - seria um dos temas principais do programa de governo. No que à língua portuguesa diz respeito parece que há apenas uma reciclagem do governo anterior.

Foi preciso esperar pelo VIII Governo constitucional (1981-1983), cujo primeiro-ministro seria o mesmo do anterior, para encontrar novas referências.¹⁴

O reforço dos mecanismos de defesa e promoção da língua e da cultura portuguesas e do ensino do português no estrangeiro é a terceira opção fundamental do Governo, que procurará conseguir, a prazo, que a língua portuguesa se torne língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais de que Portugal é membro. O Governo julga, aliás, que esta questão não se deve encarar numa visão apenas nacional, dado que a língua portuguesa não é pertença exclusiva do nosso país: é património comum de numerosos Estados e nações.

¹⁴ No programa do VIII Governo Constitucional p. 40

A referência remete-nos para uma ideia de proteção e defesa da língua portuguesa que parece ameaçada ou até mesmo em vias de extinção. Ora, curioso o facto de não se verificar no programa de governo qualquer política interventiva e externa que leve à correção ou desenvolvimento de uma nova imagem da língua e cultura portuguesa.

Como vimos anteriormente, todos os governos (provisórios e constitucionais) apresentavam uma abertura internacional, a parceiros estratégicos em várias áreas e principalmente um sentimento de pertença a uma comunidade europeia e é neste contexto que o IX Governo Constitucional (1983-1985) negocia a entrada na CEE (confirmada a 12 de Junho de 1985).

Em termos de política externa o IX Governo apontava para um forte incremento e manutenção de relações. O programa salientava os países de língua oficial portuguesa, especificando o Brasil e os países Africanos de língua portuguesa¹⁵, passando pelos países do “mundo árabe”, acordos com Estados Unidos e França, com os países do sul de África entre uma panóplia de nações, de comunidades e organizações internacionais que culminava numa efetiva aproximação à CEE.

É certo que a intenção no “papel” acaba por se concretizar parcialmente até ao fim do mandato, no entanto o mesmo não se poderá dizer no que se refere a política de língua, neste caso específico o da implementação da língua portuguesa nos sistemas educativos estrangeiros. De facto um passo estratégico de grande relevo mas que fica marcado pela ausência de negociação entre o estado e os países estrangeiros alvo. O próprio programa de governo apontava responsabilidades para a comunidade emigrada no sentido de serem eles (motivados) os impulsionadores de tais políticas e com um prazo definido¹⁶. Uma análise pragmática e política pode levar a concluir que existe uma “demissão” do papel do estado perante as obrigações previstas nos seus negócios estrangeiros.

Defender a preservação da língua e da cultura portuguesa, nomeadamente em ligação com as comunidades portuguesas dispersas e através de programas informativos adequados;

¹⁵ Programa do IX Governo Constitucional p. 18

Incremento das relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa e com o Brasil;

¹⁶ No que à Política de Cultura (ponto 4) diz respeito, o Programa do IX Governo Constitucional afirma:
8- Tomar consciência de que a definitiva implantação da língua e da cultura portuguesa nos quadros educacionais e culturais dos países europeus não difere da solução do problema cultural na nossa emigração nos mesmos países, porque, motivadas, serão estas mesmas comunidades que a exigirão e conseguirão. Mas é nos 4 anos mais próximos que a partida se jogará. Em suma, durante a legislatura que neste momento se inicia. (p. 79)

2- Uma democracia em processo de consolidação

[A propósito dos países oficiais de língua portuguesa] “A política de cooperação evitará preconceitos indevidos, aproveitamentos impróprios e ambiguidades comprometedoras. Visará, assim, e apenas, transformar em vantagem mútua a existência de um importantíssimo património comum, o qual se caracteriza fundamentalmente por uma identidade de cultura e de costumes, pelo uso da mesma língua e por um profundo conhecimento recíproco, alicerçado numa história secular de vida em conjunto.”

(Programa do X Governo Constitucional, p. 12)

A nova necessidade política de cooperação com diversas entidades internacionais leva Portugal a entender o património que seria a sua própria língua. O X Governo Constitucional (1985-1987) apresenta no seu programa linhas orientadoras em relação à defesa da língua que passava muito pela coordenação e cooperação. Direccionava as medidas para as comunidades portuguesas e pretendia dotá-las de ferramentas que com o suporte do estado permitisse a resolução de problemas do ensino da língua portuguesa entre os emigrantes. De facto, este governo detetou o problema e propôs linhas orientadoras de solução, no entanto, a promoção da língua não ia além das comunidades emigradas.

Numa etapa política marcada pela palavra “estabilidade” e pela integração europeia, o XI Governo Constitucional (1987-1991), apesar de em matéria de política externa voltar a não fazer parte das prioridades governamentais, tenta efetivar as medidas relativas às preocupações organizacionais presentes no programa anterior.

Não obstante, é dada “elevada prioridade” ao sector da educação. A comparação com os países da Europa Ocidental leva o governo a considerar existir uma “nítida atrofia” no que aos sistemas de ensino diz respeito. *Preparar o futuro. Apostar nos portugueses* – é o título da parte IV do programa que demonstrava no papel a elevada necessidade de modernizar o sistema de ensino nos mais diversos aspetos (talvez em todos os aspetos).

E é no contexto referido que surge no programa de governo as primeiras referências à criação de um Instituto da Língua que pudesse representar o estado português, no sentido de ser um apoio à comunidade portuguesa no país estrangeiro em

que se encontrasse instalado e que fosse verdadeiramente responsável pela difusão da língua portuguesa.¹⁷

Os países de língua portuguesa continuavam a ser referidos no programa, e as políticas direcionavam-se para a cooperação com os mesmos.

“A língua e a cultura portuguesa continuam a desempenhar um papel chave no desenvolvimento das relações com esses povos e são elas próprias instrumento privilegiado de cooperação. Cooperação que, partindo de uma raiz educacional comum e aprofundando o intercâmbio, a ajuda recíproca e a busca de soluções mutuamente vantajosas, vise a maior rentabilização do potencial de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos acumulados ao longo de cinco séculos de caminhada conjunta.”

(Programa do XI Governo Constitucional, p. 65)

Se é verdade que abundavam as referências à difusão da língua, à sua valorização e proteção do património linguístico também não será menos verdade que a nível prático, a ambiguidade das exigentes questões levantadas aumentam consideravelmente o raio de ação e não se encontram referências no programa que permitam concretizar tais intenções.

Em retrospectiva este programa de governo teve a vantagem de criar novas ideias e ao mesmo tempo novos estudos que permitiram lançar algumas bases para o futuro na área.

É o programa do XII Governo Constitucional (1991-1995) que refere a criação do Instituto Camões. A propósito da “Promoção da Língua e Cultura Portuguesa”, salienta-se a defesa e valorização da identidade portuguesa, este governo apresenta no seu programa a vontade de concretizar políticas anteriores no que à promoção da língua diz respeito. O aspeto mais relevante é a condução e execução da política cultural externa e respetivas articulações com diferentes entidades e organizações (designadamente a UNESCO) que culminava na criação do já referido instituto.

O programa deste governo era um passo gigante no que se refere à política externa portuguesa. É assumido pelo governo uma “prioridade importante” na afirmação da

¹⁷ O XI Governo Constitucional previa no seu programa:

Criação de Institutos de Cultura Portuguesa e de outros centros culturais para apoio às nossas comunidades e para a difusão da cultura portuguesa nos países em que estas se integram;

E ainda:

Reestruturação e apoio especial ao ensino do português junto das comunidades e maior integração do ensino do português nos sistemas educativos dos países de acolhimento.

língua portuguesa no mundo. Em contraponto, o destaque oferecido à língua não raras vezes é acompanhado com um sentimento de pertença (exclusiva), digamos que o documento analisado permite observar várias características que revelam subliminarmente um certo autoritarismo linguístico com referências à “identidade portuguesa” associadas¹⁸, à utilização do pronome “nossa” (do país Portugal) quando se refere à língua portuguesa que de facto deveria ser de todos e que afinal de contas esse também deveria ser o objetivo final da tão referida proteção e sobretudo afirmação da língua portuguesa.

A herança importante do Instituto Camões é acompanhada por uma indefinição de competências e sobretudo indefinições consideráveis entre tutelas. Se por um lado o XII Governo apresenta uma mudança de subordinação do Instituto Camões, que passa para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por outro esta mudança não é completa e em vários aspetos (pedagógicos, científicos ou certificação de cursos) ainda o Instituto estava sob a alçada do Ministério da Educação. Além do mais verifica-se um atraso significativo na publicação da Lei Orgânica do Instituto Camões que pretendia acabar com as várias questões existentes sobre a coordenação entre tutelas. Esta é então a herança deixada ao XIII Governo Constitucional Português (1995-1999), que não hesita em referenciar de forma clara no seu programa de governo.

“A recente concentração, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos meios de acção da política cultural externa do Estado Português, medida que - em si mesma considerada - mereceria aplauso, tornou-se, pela sua tardia consolidação, em resultado do incompreensível atraso da publicação da Lei Orgânica do Instituto Camões, num exemplo de ineficácia.”

(Programa do XIII Governo Constitucional, p. 55)

Seria então o propósito do XIII Governo “dotar de meios adequados o Instituto Camões” no sentido de resolver a crise que o Instituto se encontrava, mostrando-se de acordo com a integração do Instituto Camões no MNE.

Verifica-se no programa deste governo uma postura diferente em relação à língua portuguesa. Esta não é referida no programa como sendo propriedade de Portugal mas

¹⁸ Atente-se ao tópico 4.1 do programa do XII Governo Constitucional referente aos objetivos gerais. (sublinhado nosso)

Valorizar a identidade portuguesa, particularmente através da difusão e promoção da nossa língua, da nossa história, do nosso património, dos nostros valores e potenciar através das comunidades portuguesas a afirmação da presença de Portugal em todos os Continentes.

sim como uma língua “planetária” e por isso com mais países responsáveis por esse facto. E assim, surge também no programa de governo outra novidade interessante em relação à gestão linguística portuguesa, a utilização do termo Política de Língua.

“A prossecução de uma política da língua, visando uma melhor implantação do Português no espaço da lusofonia, será igualmente inscrita entre as prioridades sectoriais, em estreita articulação com o incremento da cooperação com os PALOP.”

(Programa do XIII Governo Constitucional, p. 50)

O objetivo final seria a aproximação com os países de língua portuguesa africanos bem como do Brasil¹⁹. Desenvolver uma política de língua associada é um passo significativo na efetivação desse propósito e como vimos anteriormente a atitude menos autoritária em relação à língua, numa perspetiva de divisão de responsabilidades e benefícios, é outro passo nessa direção. Não é de estranhar que assim, encontremos no programa deste governo um reforço do desejo de criar uma comunidade dos povos de língua portuguesa²⁰.

O XIV Governo Constitucional (1999-2002) continua a dar grande importância à expansão da língua portuguesa no mundo. O Instituto Camões é parte crucial dessa “aposta nacional” feita por este governo e o caminho é apontado através da sua reestruturação (principalmente nos seus sistemas de coordenação) e também assumir que o instituto cumpre efetivamente o seu papel, previsto pela nova Lei Orgânica sobre o assunto.

Destaca-se de todos os programas de governo anteriores na medida em que apresenta um planeamento estratégico firme e expresso através de 15 linhas de ação –

¹⁹ A propósito ainda de política de língua, referenciada no programa de governo: *[...] a melhoria das infra-estruturas mediáticas e da formação profissional, assim como a criação de um espaço alargado de distribuição de programas em língua portuguesa, susceptível de reforçar os laços afectivos e económicos com a África e o Brasil.* Programa do XIII Governo Constitucional (p. 50)

²⁰ *Os laços da História, da Língua e da Cultura obrigam-nos a prosseguir no rumo da criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, ideia de futuro, que deveremos, desde já, alicerçar em passos concretos e práticos, no sentido do aprofundamento das relações entre os Estados de língua oficial portuguesa e da cooperação na defesa da língua portuguesa no Mundo.* Programa do XIII Governo Constitucional (p. 55)

Expansão da língua portuguesa no mundo - com o pormenor de na última podermos observar especificamente 10 medidas a concretizar durante o mandato.

“Este foi o Governo que mais expressão deu a uma política de língua no exterior, e o que melhor interpretou a importância crucial da componente política e estratégica de se ser parte de uma língua global e da necessidade de projetar e de planear a internacionalização real dessa língua, para além das fronteiras geopolíticas da lusofonia e dos seus falantes nativos, ao inscrever o PLE nas suas linhas programáticas.”

(Mário Filipe, 2005: 184)

Tendo em conta o contexto relativo ao programa apresentado pelo XIV governo constitucional não deixa de ser estranho que posteriormente o XV Governo Constitucional (2002-2004) retome as antigas nomenclaturas de “defesa” e “proteção” da língua. Vejamos que passamos de uma atitude de segurança e “expansão” para uma atitude defensiva perante o património linguístico (que parece agora ameaçado) e por outras palavras alguma falta de confiança no valor indiscutível da língua.

É certo que o programa deste governo também apresenta uma postura intencional e firme nas relações de Portugal com a Espanha e principalmente com a Europa – *Tornar Portugal um sujeito activo no processo de construção Europeia* -, o que acaba por ter ganhos (ainda que bastante indirectos) na expansão da língua. Mas como exemplo, podemos observar a “boleia” que este governo parecia querer encontrar na UE – *a União Europeia constitui igualmente um poderoso factor de afirmação portuguesa no mundo.* (p.23).

“A identidade nacional face à globalização e à integração europeia e peninsular afirma-se no mundo através de factores culturais e da defesa da língua portuguesa.”

(Programa do XV Governo Constitucional, p. 28)

Se ligarmos os aspetos supracitados com as constantes referências à identidade nacional, parece este governo querer dizer que está inseguro perante a globalização e até mesmo com a integração europeia, no sentido de ter de relembrar no próprio programa quem são os próprios portugueses (qual é a identidade e a pátria deles).

Com este governo o Instituto Camões perde referências no programa, ou seja, não se encontra no programa quaisquer medidas, perspectivas ou linhas de ação futuras no que a este instituto diz respeito. Parece perder o lugar de destaque que ocupava em governos anteriores. Não obstante, verifica-se que o programa deste governo oferece grande relevância, mais ainda, refere-se como um desígnio nacional a afirmação da língua e cultura portuguesa no mundo. Assim, notamos que o programa prefere a abrangência e até uma certa ambiguidade nas responsabilidades das políticas portuguesas a nível externo.

O XVI Governo Constitucional Português (2004-2005) não apresenta grandes novidades no que à política de língua diz respeito. Este programa começa por focar a evolução que considera ter existido na afirmação da credibilidade portuguesa a nível externo²¹. *Agora, mais do que nunca, Portugal pode e deve avançar*; é o que se pode encontrar logo no ponto 4 do programa e a ambição económica que demonstrava prometia um acompanhamento a nível de políticas direcionadas à língua portuguesa.

Na realidade, o que se encontra é quase uma repetição de ideias do governo anterior²². A única novidade é a utilização da palavra reforço quando a questão é colocada em termos de relações externas com diferentes instituições e organizações. Parece querer dizer este governo que tudo o que tinha sido feito no governo anterior em relação a política externa e até mesmo no papel da divulgação da língua teria sido exemplar e apenas seria necessário reforçar essas relações internacionais. Volta-se a não referir o Instituto Camões e reforça-se a ideia da “defesa” da língua desta vez referindo-se ao papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa que deveria ser dinamizado e que o português deveria ser utilizado como língua de trabalho em várias organizações internacionais. As relações cruciais com a UE mantêm-se²³ mas cai agora a relação peninsular, ou mais propriamente,

²¹ No programa do XVI, p. 3:

Mas não é só a nível interno que verificamos uma mudança. De facto, nestes dois últimos anos, Portugal reconquistou a credibilidade externa, afirmando-se na Europa e no mundo.

Assume-se que esta afirmação refere-se exclusivamente ao contexto económico em que o país se encontrava.

²² Eixos estratégicos do XVI Governo:

[...] reforçar o papel de Portugal como sujeito ativo no processo de construção europeia; [...] reforçar a relação com o espaço lusófono [...]; [...] aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos e parceiros estratégicos. (tópico 2 – Política Externa)

Entre outros.

²³ Atente-se à repetição do tópico do governo anterior:

Tornar Portugal um sujeito activo no processo de construção europeia. (sub-tópico 1 – Política Externa)

aparece agora apenas no grupo de países vizinhos. Na linha do governo anterior continua-se a trabalhar muito no campo da ambiguidade e de forma bastante genérica.

3- Século XXI, Política condizente?

“Esse conceito de um “Portugal Internacional” tem efetivo peso nos esforços diplomáticos portugueses recentes, em todos os campos. Assim é no campo da diplomacia econômica retomada pelos governos portugueses liderados por José Manuel Durão Barroso, José Sócrates, Pedro Passos Coelho e António Costa.”

(Grayley, M., p.48)

Já em pleno século XXI entra em funções o XVII Governo Constitucional Português (2005-2009). Logo à partida parece um programa bastante inovador e sobretudo consciente e confiante no valor português no contexto internacional. Um programa muito virado para as novas tecnologias e restava saber que políticas linguísticas estavam inseridas.

“Um Portugal mais forte na Europa e no Mundo, confiante na sua identidade, na sua capacidade de modernização e na projecção global da sua língua será, assim, para o Governo, a prioridade das prioridades da sua política externa.”

(Programa do XVII Governo, p. 151)

A atitude confiante do governo parecia continuar no que à língua portuguesa diz respeito. Atente-se ao uso das palavras “valorização”, “confiante” e “modernização”, em contraste com a “defesa” ou “proteção” tão presente em programas de governo anteriores.

Assim seria necessário começar com a reorganização da política de cooperação portuguesa com o objetivo de acabar com a indefinição de competências entre as entidades. O programa de governo previa então uma “intervenção prioritária” nos países de expressão portuguesa e voltado para a cooperação com os parceiros da CPLP. Afinal, são estes que dão expressão (número de falantes) e que em conjunto com Portugal dão valor global à língua portuguesa oferecendo-lhe um “palco” com exposição internacional.

O que não se previa é que em termos de promoção e valorização (como este governo lhe prefere chamar) da língua o programa de governo se esgotasse aqui. A língua perde aqui a escala planetária de outros governos e fica limitado aos países de língua portuguesa, uma política de língua virada para contexto interno e fechada que “gira em torno dela própria”.

24 “ [...] O nosso compromisso com a lusofonia completa o triângulo estratégico da nossa política externa. O Governo manterá o empenhamento constante e reforçado de Portugal na cooperação e amizade com os países lusófonos e fará uma aposta forte no papel alargado e dinâmico da CPLP. E porque a dimensão de um País também se mede pela pujança da sua língua e da sua cultura, e pela valorização da sua diáspora, empenhar-nos-emos na defesa e na promoção da língua e da cultura portuguesas, bem como na prestação de um efectivo apoio às comunidades de emigrantes e lusas descendentes espalhadas pelo Mundo.”

(José Sócrates²⁵, 2005)

Se não existe qualquer dúvida da importância destes parceiros de língua portuguesa e mais propriamente nas políticas conjuntas que devem desenvolver, o facto de o programa se esgotar aqui deixa de parte uma aposta no mundo não “lusófono” e parece assim perder a abertura internacional já alcançada. Nota ainda para a continuação da sobreposição de competências entre o MNE e o Ministério da Educação.

Na única referência deste programa ao Instituto Camões observa-se que se propõe uma “ mais efetiva” articulação com os institutos do Ministério da Cultura. Ao utilizar novamente (em mais um programa de governo) o termo “efetiva” verifica-se que existem falhas de coordenação entre os diversos institutos e ministérios, ou seja, o problema continua a existir e não se tem conseguido resolver.

O reforço de relações entre os países da CPLP acaba por despertar nos representantes dos Estados de língua portuguesa a vontade de fazer dela uma língua internacional oferecendo assim visibilidade e demonstrando o seu poder político em relação aos países exteriores à comunidade. Este facto importante deve-se ao trabalho

²⁴ Excerto retirado do Jornal Público online, consultado a 09/11/2020 e com o link: <https://www.publico.pt/2005/03/12/politica/noticia/discurso-de-jose-socrates-na-tomada-de-posse-do-xvii-governo-constitucional-1218111>

²⁵ Discurso da tomada de posse do XVII Governo Constitucional Português

desenvolvido pelo governo português e à sua aposta nas políticas conjuntas a desenvolver entre os países que fazem parte da CPLP.

Uma análise do documento referente ao programa do XVIII Governo Constitucional Português (2009-2011) permite verificar que os problemas supracitados pareciam estar resolvidos. “Prosseguir com os *clusters* da cooperação portuguesa” parecia querer dizer que essa cooperação era agora forte e não existiam quaisquer sobreposições de ministérios ou institutos. Se realmente fosse esse o caso, o programa de governo deveria ser mais ambicioso no que diz respeito ao Instituto Camões. Como parte fundamental da cooperação tão referenciada, este instituto era o grande responsável pela promoção e execução da língua portuguesa. Ora, o programa apresentava linhas bem definidas na execução de uma política de língua (e mérito seja dado) demonstrando oferecer uma grande prioridade à mesma. Com um tópico específico “Língua” eram apresentadas linhas orientadoras da política de língua a desenvolver como um eixo fundamental na associada política cultural. Um verdadeiro *status planning* apresentado pelo governo que parece menosprezar o *corpus planning* que deveria estar associado, o Instituto Camões que apenas é mencionado uma única vez em todo o documento²⁶ e que sendo assim suscita dúvidas da sua relevância para o XVIII Governo Constitucional. Sobretudo quando em 2005 (ainda que em conjunto com os seus homólogos europeus) o Instituto Camões tenha sido agraciado com o “Prémio Príncipe das Astúrias de Comunicações e Humanidades”²⁷.

Ainda assim, deteta-se uma evolução em relação ao governo anterior²⁸ no sentido de assumir a língua portuguesa fora do espaço dos países de língua portuguesa. Desta feita há uma aposta clara, realizada no âmbito da internacionalização da língua e em colaboração com a CPLP, na expansão e ensino da língua portuguesa fora do espaço interno que a mesma ocupa.

²⁶ Programa do XVIII Governo Constitucional Português (sublinhado nosso): *A promoção e expansão da rede de ensino da Língua e Cultura Portuguesa, para além da Europa, em que já são investidos anualmente cerca de € 50 milhões, continuarão a ser uma das prioridades centrais do Governo, enquadrada na nova missão de que o Instituto Camões está investido.* (p. 125)

²⁷ Prémios atribuídos em Espanha a pessoas, entidades ou organizações que tenham alcançado feitos notáveis em áreas como ciência, humanidades ou vida pública. Atualmente designa-se “Prémios Princesa das Astúrias”.

²⁸ Note-se que o XVII e XVIII Governos são liderados pelo mesmo primeiro-ministro.

“Promoção e difusão da Língua Portuguesa fora do espaço da CPLP, nomeadamente através de criação de centros de ensino e iniciativas diplomáticas com vista ao seu reconhecimento e integração curriculares;”

(Programa do XVIII Governo Constitucional – Internacionalização da Língua Portuguesa, p. 127)

Também se verifica uma forte aposta no Ensino à distância com o objetivo de multiplicar por quatro o número de estudantes inscritos nesse programa e destaca-se a promoção e expansão dos Centros de Língua e Cultura Portuguesa.

O programa do XIX Governo Constitucional Português (2011-2015) foi apresentado no ano de 2011 e foi marcado pela intervenção do FMI em Portugal. Tendo em conta este contexto, o programa no que se refere aos Negócios Estrangeiros e em várias áreas a ideia-chave é a de inovação e empreendedorismo.

“ [...] Sucede que, na situação em que Portugal se encontra, é preciso ir além dos consensos tradicionais; devemos ter a coragem de inovar, procurar consenso e adoptar uma nova prioridade estratégica nacional [...] ”

(Programa do XIX Governo Constitucional, p. 104)

Um programa muito voltado para a economia e para a sua recuperação, facto que acaba por influenciar também a política externa a desenvolver, orientada para a recuperação financeira e do prestígio internacional. Sabemos que para esses objetivos muito pode contribuir o fortalecimento de uma política de língua.

Assim, o programa de Governo aponta para o reforço das relações bilaterais e multilaterais. As relações com os países da CPLP são uma prioridade fundamental assumida e a manutenção e reforço de compromissos estabelecidos anteriormente são as linhas de ação evidentes no programa político.

“Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante.”

(Programa do XIX Governo Constitucional, p. 105)

Encontram-se também várias referências aos países vizinhos do “espaço lusófono”. Este aspeto é uma evolução estratégica interessante que entre outras vantagens deverá permitir o desenvolvimento de diferentes políticas para cada país de língua portuguesa tendo em conta as suas características individuais como o seu desenvolvimento, a sua posição perante a língua portuguesa, poder económico e, claro está, os seus países vizinhos.

Assume-se portanto que o desenvolvimento de uma política de língua tem de ter em conta cada país da CPLP e não serem vistos como um todo. Aliás, esta é uma questão antiga e pertinente que pela análise dos mais variados programas de governo parece não ocupar lugar de destaque, ou até mesmo, lugar algum.

Ainda neste ponto destaca-se a pretensão de “melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento”, reformando o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e ainda promover uma política cooperação estruturante entre os países de língua oficial portuguesa também através de Organizações Não-Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento.

O Instituto Camões é referido como um instrumento vital da política externa cultural e da afirmação de uma política de língua. Para isso é preciso “reformular e projetar” este instituto.

Com as reformas previstas no programa de governo, por um lado reformar o IPAD e por outro as medidas de intervenção ambicionadas para o Instituto Camões, mais a grande crise económica mundial²⁹ leva a que em 2012, no âmbito do redesenho organizativo da Administração Pública, estes dois institutos se fundam num só: (ainda atualmente) o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões IP). Este “novo” instituto permanece sob a tutela do MNE mas com autonomia administrativa e financeira e cuja dinâmica estrutural e organizativa haverá de ser estudada mais à frente nesta dissertação.

As referências ao Instituto Camões neste programa de governo são escassas, aliás podemos encontrá-las em apenas dois pontos do programa (1) quando se fala na urgência

²⁹ A crise económica mundial atinge Portugal (com graves sequelas) por volta de 2010 e dura até meados de 2014. Dois governos (XVII Governo que negocia a entrada do FMI e o XVIII que passa a governar cerca de dois meses depois) acabam por ficar limitados nas suas ações devido ao resgate do FMI e ao “Programa de Assistência Económica e Financeira”.

da sua reforma e nova projeção e (2) quando se refere ao apoio a ser fornecido na valorização da cultura e língua portuguesa através do programa de tradução de literatura portuguesa no estrangeiro.

Dadas as reformas efetuadas no agora Camões IP em comparação com o programa apresentado parece insuficiente as posições e estratégias definidas para este instituto. Quereria o governo assumir (até no documento governativo) a autonomia do Camões IP oferecendo-lhe total liberdade no desenvolvimento das suas políticas de língua? Ou mais não foi do que admitir a fraca relevância do tema, para este governo, num programa tão preocupado com a recuperação da economia portuguesa?

Uma análise ao programa de governo também permite observar que a política de língua ocupa (praticamente) apenas um pequeno espaço dentro do espaço dedicado à CPLP, ou seja, aparece unicamente como um apêndice de outros assuntos (problema também presente na maior parte dos programas de governo anteriores). Uma situação inversa, uma política de língua pensada e estruturada onde aí se inserisse um tópico direcionado à CPLP com intervenções de planeamento previstas seria decididamente o mais adequado. Por outro lado e teoricamente, parecia o primeiro-ministro dar grande importância e prioridade ao desenvolvimento de uma política de língua e que seria fundamental também no plano de recuperação económica do país.

³⁰ *“Não há apenas um objetivo económico quando pensamos na influência da língua. Sabemos que também há uma componente económica grande, mas antes dessa há muitas outras dimensões - vivenciais, culturais, civilizacionais - que estão adstritas à nossa língua.”*

(Pedro Passos Coelho, 2013)

Vários aspetos referidos anteriormente foram corrigidos no XX Governo Constitucional (2015) que não chega a entrar em funções.

³⁰ Discurso retirado da notícia da tvi24 online consultado no dia 11/11/2020 e com o link: <https://tvi24.iol.pt/politica/passos-coelho/governo-trabalha-muito-intensamente-para-criar-opportunidades-em-portugal>

Assim, o programa do XXI Governo Constitucional (2015-2019) apresentou Portugal e a sua política externa como uma das grandes prioridades. O tópico VIII – *Um Portugal Global* – começa por detetar as fragilidades já analisadas anteriormente.

Considera este governo que Portugal passava por um “deliberado apagamento” na sua afirmação externa. E é com esta premissa que o XXI Governo assume três prioridades fundamentais, “a afirmação da língua portuguesa”, “a implantação de uma cidadania lusófona” e “o estreitamento de ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro”.

No âmbito da promoção da língua surge com natural destaque a CPLP. A referência à lusofonia é constante neste documento e a pretensão de reforçar e promover a Comunidade a ela associada é evidente.

“É essencial promover uma CPLP mais forte e com uma maior importância diplomática e prática, cujo papel se faça sentir na vida dos cidadãos dos países lusófonos. Vivemos tempos simultaneamente de globalização e crise, que exigem uma CPLP reforçada através do pilar da cidadania, como o objetivo de fomentar o diálogo e a cooperação diplomática.”

(Programa do XXI Governo Constitucional, p. 252)

Apresentam-se assim vários objetivos específicos no sentido de dinamizar a CPLP e contribuir para a identidade lusófona. A propósito dessa palavra, este governo tem a particularidade e a diferença de assumir que a identidade nacional se constrói primeiro pela perceção que primeiro essa identidade é europeia, ibero-americana, atlântica e lusófona. Diga-se, no entanto, que perante as intenções (importantes e inovadoras) parece que a utilização das palavras “lusofonia” ou “lusófonos” poderia ser evitada, no sentido de evitar associações históricas ao império português, ao colonialismo ou até mesmo a uma “nova portugalidade” que advém de uma análise etimológica dessas palavras.

Voltando agora às intenções governativas, a ideia principal a retirar vem no sentido de reforçar as relações bilaterais com cada país membro bem como promover um maior investimento e iniciativa política na comunidade por parte dos diferentes governos de cada país. Todas estas vontades políticas são consolidadas com uma série de medidas específicas propostas para a CPLP que vão desde a criação de uma “Carta de Cidadão Lusófono”, com a intenção de livre circulação e fixação de residência entre os estados membros entre outros, até à presença mais coesa e visível nas Nações Unidas. Se a primeira medida referida não prevalece por variadíssimas razões a segunda pode-se dizer

que culmina com o reconhecimento do dia 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa (2019).

Para este governo seria também muito importante manter as ligações de novos e “velhos” emigrantes com a sua pátria, apoiando-os também nos seus países de acolhimento.

“É certo, todavia, que os portugueses no estrangeiro necessitam de reconhecimento, não de paternalismos. As comunidades precisam de ser verdadeiramente apreendidas em toda a sua diversidade e especificidade e não de serem minorizadas pelos clichés que ainda perduram. Os emigrantes portugueses no mundo são os melhores embaixadores de Portugal, pelo que valorizando essa diáspora está-se automaticamente a valorizar Portugal.”

(Programa do XXI Governo Constitucional, p. 256)

Das medidas implementadas, destaca-se o recenseamento automático dos emigrantes das comunidades portuguesas que em muito fez aumentar o número de votantes potenciais mas que acaba por aumentar e distorcer os números da abstenção, ou as alterações na lei que permitem agora candidatos à Assembleia da República com dupla nacionalidade no seu círculo de residência.

Quanto à consolidação do português no mundo deve passar primeiro por uma estratégia conjunta entre os países de língua oficial portuguesa. Fica assim a faltar (e mais uma vez) o desenvolvimento específico de uma política de língua para o país, ou seja, parece não existir uma avaliação diagnóstica dos problemas ou necessidades que leve posteriormente ao desenvolvimento de um plano de ação efetivo com definição clara de estratégias.

O facto é que existem ideais inovadores centrados no papel de Portugal em conjunto com outros países de língua portuguesa e por isso não deixa de ser estranho que não se demonstre no papel a prioridade oferecida à língua e à sua promoção, nomeadamente na falta de uma abordagem específica sobre o tema e conseqüentemente a falta da inovação referida no planeamento das linhas estratégicas para o Camões IP ou do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, tendo em conta a abordagem constante à CPLP e à cidadania lusófona.

“A Língua Portuguesa é um fator potencial de unidade estratégica nas políticas externas no quadro da Lusofonia e na afirmação de Portugal no Mundo. Portugal não é proprietário exclusivo da língua portuguesa, que é património plurinacional comum dos seus falantes. Contudo, o nosso País não pode deixar de assumir as suas responsabilidades, não somente na difusão global da cultura portuguesa, mas também no ensino e na valorização internacional da língua. Por esse motivo, a língua portuguesa tem que ser alvo de uma estratégia nacional que envolva todo o governo, em especial as áreas que têm relações com o exterior.”

(Programa do XXI Governo Constitucional, p. 249)

Quando seria de esperar um projeto de continuidade e até aperfeiçoamento em relação às inovações já referidas, o XXII Governo Constitucional (2019-até à data da realização desta dissertação) diminui consideravelmente a prioridade oferecida à política de língua no país. A língua portuguesa perde um lugar de destaque nos tópicos principais do programa de governo e não faz parte dos Desafios Estratégicos definidos pelo governo, ou mais corretamente, é lançada para o subtópico da “Cultura” perdendo assim (ainda mais) estratégias específicas e de valor que levem ao desenvolvimento de uma política de língua forte e clara.

O conceito de “lusofonia” parece ter sido evitado neste programa em contraste com o anterior que usava essa expressão ou similares constantemente. Poderá ter sido uma “correção” propositada, ou então, como desta vez a CPLP não ocupa um lugar de destaque no contexto deste programa também a lusofonia acaba por, automaticamente, ter poucas referências.

Refere-se o aumento do português como disciplina integrante dos currículos escolares estrangeiros bem como a sua consolidação em institutos superiores. No entanto, o Camões IP não é referido na totalidade do documento. O IILP, desta feita, é naturalmente mencionado como parte integrante e interessante da CPLP³¹.

³¹ (sublinhado nosso)

Reforçar o papel da CPLP na projeção da língua e das culturas de língua portuguesa, apoiando designadamente a atividade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; Programa do XXII Governo Constitucional (p.41)

4- Políticas de língua em Portugal – Síntese governativa

Em jeito de conclusão, retiramos de todos os vinte e dois governos constitucionais que existe sempre uma preocupação teórica no que respeita ao tema da língua portuguesa e às políticas a ela associadas. Quer se fale de defesa, ou promoção, ou ainda mais recentemente, conjugação de esforços nesse sentido, a alusão à língua portuguesa e à sua divulgação é uma obrigatoriedade. E essa talvez seja a palavra certa, em alguns governos analisados parece que é uma obrigatoriedade moral a referência ao tema. Já no que à formulação de uma política de língua diz respeito é mais difícil encontrar. Ao colocar no documento de governação um chavão como “promoção”, “defesa”, “valorização” fica a sensação que já está tudo feito e pode-se seguir para outras áreas governativas. Aliás, muitas vezes a política de língua (quando existe) é inserida em outras áreas diferentes e não tem direito a uma abordagem específica.

³² “*Sem vontade política bem determinada e bem orientada, a política de língua reduz-se a afirmações sazonais que pouco mais são do que uma retórica vazia.*”

(Carlos Reis, 2010)

Esta afirmação supracitada poderia muito bem ser um sumário da política de língua desenvolvida pelos governos portugueses, pelo menos se compararmos com a prioridade e o “desígnio nacional” que os programas de governo dizem oferecer à promoção da língua portuguesa. Não se entenda que não existiu evolução desde os primeiros governos até ao atual. Entenda-se sim que foi um processo com muitos avanços e recuos que seriam escusados se não houvesse em cada governo novo a intenção de

³² Notícia do Diário de Notícias, consultada online a 12/11/2020 e com o link: <https://www.dn.pt/portugal/carlos-reis-politica-de-lingua-precisa-de-vontade-politica-bem-determinada-e-bem-orientada-1623242.html>

começar sempre do zero, e mesmo em alguns casos em que os governos seriam o mesmo³³ da legislatura anterior.

34 “Há que encontrar almofadas de protecção que protejam as políticas da língua das mudanças de Governo e até de ministro! Para não se começar tudo de princípio de cada vez que muda o Governo. Porque se a política de língua é reconhecida como um desígnio nacional, não pode estar sujeita às oscilações e humores dos ministros.”

(Carlos Reis, 2008)

Se esta situação acontece, não se deve exclusivamente ao facto de cada governo querer diferenciar políticas em relação aos anteriores. Deve-se essencialmente à falta de um desenvolvimento efetivo de uma política de língua robusta que pudesse não dar margens à narrativa da “busca constante de uma política de língua” presente em muitos programas de governo que quase sempre remetem-na para um apêndice de outros assuntos sem uma abordagem especializada. A esse propósito, na sua Tese de Doutoramento, Mário Filipe aponta para um artigo de Aldónio Gomes que orienta no processo de formação de uma política de língua portuguesa.

“ [...] projeto preliminar com a formulação e identificação das necessidades a abordar; pesquisa para conhecer a dimensão real da necessidade e das condições no terreno para intervir na resolução do problema; relatório com a avaliação da situação e identificação rigorosa do problema, das condições de intervenção e recomendações; apresentação de uma política fundada no conhecimento adquirido com o trabalho prévio, definição de estratégias; implementação da estratégia e acompanhamento do seu desenvolvimento; avaliação para se poder conhecer os resultados e reajustar o sistema sempre que necessário; divulgação periódica do progresso da implementação e dos resultados obtidos.”

(Mário Filipe, 2005:471 *apud* Aldónio Gomes)

É certo que esta citação é de 2005, no entanto, mesmo atualmente aponta um caminho que parece que cada novo governo não segue. A língua portuguesa assim o exige e se atendermos às palavras usadas (quando se referem a ela) pelos governos portugueses assim o merece.

³³ Entenda-se, com o mesmo primeiro-ministro.

³⁴ Entrevista do jornal Expresso a Carlos Reis, consultada online a 12/11/2020 e com o link: <https://expresso.pt/actualidade/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>

Não se pode deixar de dizer que os governos ofereceram à língua portuguesa grande preocupação e alguma evolução no que esta representa a nível externo e algumas políticas direcionadas acabaram por ter resultado no fortalecimento da língua a nível internacional. Qualquer governo português não pode nunca duvidar ³⁵ do valor internacional da língua portuguesa. E como afirmou Ricardo Salomão que amavelmente aceitou responder a um pequeno questionário realizado a propósito desta dissertação:

“A internacionalização da Língua Portuguesa é efetiva, não há nenhuma dúvida sobre isso e foi mesmo uma das principais razões para os países com LOP [língua oficial portuguesa] a terem escolhido após a sua independência.”

(Salomão, R. 2020)

V - A Língua Portuguesa em perspetiva

³⁶*“A língua portuguesa vai-se construindo no dia-a-dia de vários povos, de todos os continentes, num constante enriquecimento da sua multiculturalidade.”*

(António Guterres, 2020)

A língua portuguesa tem ocupado um espaço central nas instituições internacionais e vai ganhando contornos políticos de relevo. Alguns eventos recentes vão comprovando esta afirmação, a criação do dia mundial da língua portuguesa (5 de maio) pela UNESCO não pode ser visto apenas como um ato isolado e simbólico do que representa esta língua. É inequivocamente um reconhecimento global da força e da dinâmica do valor económico e político desta língua internacional. E sobretudo um exemplo da pressão política que a união dos países de língua oficial portuguesa pode realizar. Este evento pode ser mais um passo para que a língua portuguesa se torne língua oficial de trabalho da ONU. Reforçando o valor político e económico da língua

³⁵ Duvidar no sentido de apenas escrever nos programas “afirmações sazonais” e que não tenha a preocupação de encontrar linhas de ação. Haverá algum governo que duvide desse valor? Digamos que deve acreditar sempre no potencial de uma língua falada à escala global.

³⁶ Excerto retirado do discurso do secretário-geral da ONU a propósito da comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa.

portuguesa, e ainda que por motivos, à primeira vista, bastante indiretos, António Guterres é nomeado em 2017 secretário-geral da Nações Unidas. Se os motivos deixam interrogações da influência da língua portuguesa o impacto da situação pode ser visto como mais uma das oportunidades de promoção da língua.

Como já verificamos, a decisão de utilizar a língua portuguesa como língua oficial por parte das ex-colónias portuguesas adiciona a esta língua uma perspetiva pluricontinental que deixa assim Portugal e Brasil com “novos companheiros” no universo linguístico.

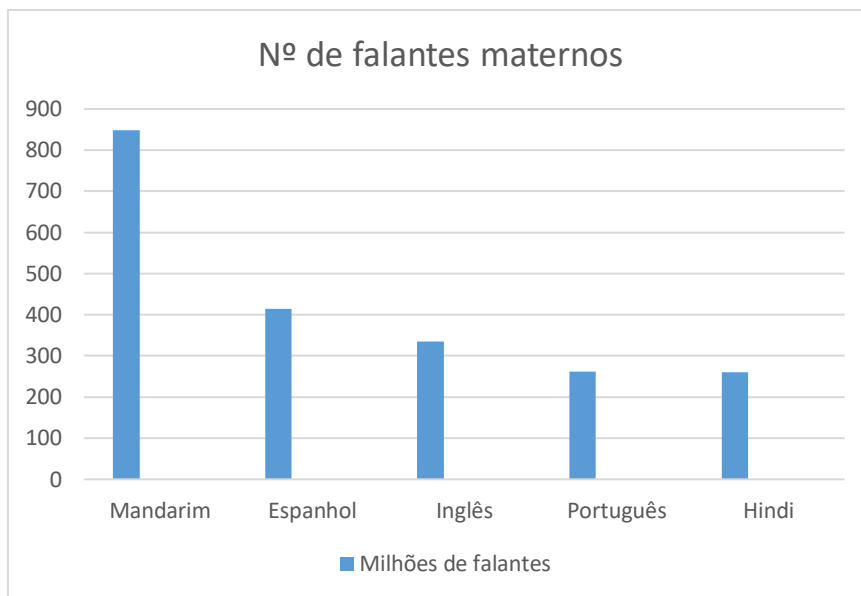
“As independências africanas e de Timor-Leste fizeram mais pela língua portuguesa nesses territórios do que 500 anos de colonização. Paradoxos da História!”

(A Língua Portuguesa como Ativo Global, p. 16)

Este incremento de número de falantes da língua portuguesa também aumenta as responsabilidades na gestão linguística. É este “caminho” que nos propomos a percorrer no presente tópico.

Se tivermos em conta que no ano de 1500, antes da presença portuguesa em novos lugares à escala mundial, o número de falantes da língua portuguesa era de apenas um milhão, não podemos de deixar de notar dois pontos importantes, sendo que o segundo confirma a internacionalização imediata da língua portuguesa. (1) O português como língua materna regista historicamente o maior crescimento, à frente de línguas como o inglês e do espanhol³⁷ e (2) é com a independência dos países africanos que se verifica o grande “salto” demográfico dos falantes desta língua.

³⁷ Dados do Novo Atlas da Língua Portuguesa (2016)



³⁸Fig.3 – O Estatuto de LP no mundo em milhões de falantes.

Verificamos que o aumento demográfico nos países africanos e no Brasil contribuiu decididamente para estas estatísticas. No entanto, não se pode deixar de atribuir um papel importante a Portugal como um agente ativo nesse processo. Apesar das dificuldades já analisadas na construção e prossecução de uma política de língua firme, Portugal aparenta ser o país mais preocupado com o futuro da língua portuguesa. Ricardo Salomão conclui “O aumento demográfico teve certamente um papel significativo. No entanto, Portugal tem tido uma ação direta importante na defesa da língua e também na ação indireta apoiando os governos de países e territórios com Língua Oficial Portuguesa (LOP) [e não só]. O papel destes governos tem sido fundamental para esses números. Por outras palavras, as Políticas de Língua tiveram um papel determinante.” E ainda sobre o papel de Portugal Miguel Teixeira, que gentilmente também aceitou contribuir para este trabalho de investigação, diz-nos que “Portugal tem desempenhado um papel político ativo nos últimos cinco séculos, que em certa medida, é responsável por um tão grande número de falantes.”

E atualmente, Miguel Teixeira acredita que: “hoje em dia, considero que o idioma de mais de 280 milhões de falantes pode trazer à luz a influência geopolítica já explorada pelo espanhol, pelo inglês e pelo francês com a francofonia. Com efeito, hoje há um *mar*

³⁸ Dados retirados do Observatório da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://observalinguaportuguesa.org/graficos-o-estatuto-da-lp-no-mundo/> [consultado a 13-04-2020]

de oportunidades que se oferecem à cada vez maior expansão e internacionalização da língua Portuguesa, desde logo ao nível da promoção do marketing diplomático do idioma, na potencialização do poder económico da língua ou na forma como a política da língua pode consubstanciar a cooperação e competição no eixo Norte-Sul.”

Este parece ser o tempo certo para uma efetiva internacionalização da língua, nesse sentido parece também ser importante juntar esforços e assumir prioridades dentro da CPLP. Principalmente Portugal e Brasil (por várias razões pode ser o anfitrião nº1) podem (e no meu entender devem) desempenhar o papel de anfitriões do grupo com objetivos bem definidos que devem passar (1) pela recuperação ou incentivo às economias emergentes de África e Timor Leste e (2) junção de estratégias de políticas de línguas a nível global.

O papel específico de Portugal deverá ser a colocação em prática de políticas de língua tão bem intencionadas em cada governo português. Para isso, é necessário um planeamento linguístico eficaz que na perspetiva da política internacional muito deverá passar pelo Camões IP e talvez pela efetiva recuperação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, continuando disponível para a junção de esforços (principalmente com o Brasil) do que alimentar rivalidades históricas sobre quem tem mais direitos ou é mais “dono” da língua portuguesa.

São as oportunidades e os desafios inerentes de uma grande língua, os que se colocam à língua portuguesa.

1- O valor social e económico da Língua Portuguesa

“A língua portuguesa é hoje a pátria de muitas pátrias porque é em português que se entendem e cooperam os países que a tem como idioma oficial”

(António Costa – Primeiro-Ministro Português, 2020)

No decorrer do séc. XXI, a explosão demográfica dos países africanos de língua oficial portuguesa (principalmente) em conjunto com a recuperação e crescimento económico dos mesmos e o Brasil, que se ia juntando às grandes potências económicas mundiais, conduzem assim à segunda oportunidade oferecida à LP na sua afirmação no contexto internacional. Brasil, Angola e Moçambique representavam uma oportunidade,

Portugal que se encontrava muito afetado por crises económicas, não estabeleceu uma política de língua que permitisse desenvolver estratégias de promoção e valorização da língua portuguesa que no fundo poderia garantir simultaneamente proveitos económicos para o país. A mesma crítica poderá ser apontada à CPLP que desperdiça a oportunidade de desenvolver uma política de língua, tipo “*softpower* global em relação a esta comunidade”³⁹.

É também nesta altura que, quase espontaneamente, o interesse na língua portuguesa aumenta. Assim é natural que olhemos para trás e pensemos como Jaime Gama⁴⁰, que diga-se, teve um papel preponderante no crescimento da atividade do Instituto Camões, nomeadamente no aumento substancial do seu orçamento, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, e ao argumentar sobre o valor da língua portuguesa referiu:

“No caso português é interessante verificar como a língua quase que cresce de noite e de dia tem muitos adversários para o seu correto desenvolvimento.”

Ao dizermos espontaneamente não podemos esquecer a relação direta com o já referido crescimento económico dos países que usam o português como língua oficial. É certo que a política de língua em Portugal não é agressiva como podemos verificar em países como Espanha ou França mas também não podemos dizer que não exista, como no caso de Itália ou até que exista a espaços, consoante os benefícios como o Brasil. Mas quando surge esta nova oportunidade para a língua portuguesa, Portugal não parecia estar preparado estrategicamente para lidar com o aumento exponencial do interesse pela língua e por outro lado oferecer uma maior notoriedade à mesma. Aliás esse é um dos grandes problemas que Luís Reto e outros detetam na publicação de 2012 “Potencial económico da Língua Portuguesa”.

Numa analogia das línguas como um mercado, o produto era apetecível mas o possível comprador não sabia porquê. O vendedor sabia os números por trás da língua

³⁹ Opinião de Luís Reto à Económico TV a 1 de Novembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clvpOEhKsRY>

⁴⁰ Opinião de Jaime Gama no programa “Conversas à quinta”, disponível no site Observador online e com o link: <https://observador.pt/programas/conversas-2/a-lingua-portuguesa-ela-que-quase-cresce-de-noite/>

portuguesa mas faltava a estratégia de marketing certa para os compradores perceberem a posição global internacional da língua portuguesa e o potencial económico que a língua transporta consigo. Este era o panorama que Portugal presenciava em 2012. No entanto, desse período até aos dias de hoje a posição da língua portuguesa e a atividade externa de Portugal alterou substancialmente.

A língua realmente cresce “durante a noite”, mas não se pode deixar de referir a responsabilidade do Camões IP nesse facto. Se podemos colocar algumas dúvidas no impacto das instituições ou comunidades atuantes na divulgação e valorização da língua portuguesa, no caso do Camões IP, por mais que possam encontrar defeitos, o facto é que este instituto continuou bem vivo depois da sua reformulação/criação em 2012. Estes aspetos serão analisados mais à frente neste trabalho, mas é importante referir que as cooperações, os projetos e coordenações de ensino deste instituto reforçam o valor da língua portuguesa e posteriormente oferece retornos económicos significativos ao estado português. Não é surpresa verificar que noutra obra⁴¹ similar mais recente Luís Reto e outros (2020) afirmem que a este instituto “se deve uma parte significativa da afirmação da língua portuguesa a nível internacional.”

Regressando assim ao contexto da verificação da língua portuguesa como uma vantagem económica e política, começar por dizer que utilizar a mesma língua em diversos continentes é uma vantagem comercial evidente e que raras línguas o podem fazer. O português está presente nos cinco continentes e facilitam-se assim as trocas comerciais com os parceiros de língua, quebrando-se o temível poder (a nível de trocas comerciais) da distância geográfica.

Miguel Teixeira conclui que “o facto de a nossa língua estar espalhada pelos cinco continentes representa um valor extraordinariamente relevante e fundamental para o seu crescimento e afirmação à escala global.”

O número de trocas comerciais entre Portugal e Angola são o exemplo perfeito deste facto e o constante aumento dos fluxos IDE (investimento direto estrangeiro) entre Portugal e Brasil também. O volume de negócios entre países com a mesma língua (e se analisarmos até com línguas semelhantes) é superior e a medida que afasta os países mais distantes é a mesma, proporcionalmente, que os aproxima quanto maior for a proximidade

⁴¹ A Língua Portuguesa como ativo Global (Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha, José Esperança e Fábio Valentim)

linguística. É neste cenário que importa destacar a possível importância das grandes organizações a que pertencem os países de língua portuguesa.

Seria importante percorrer um caminho com melhores negociações entre os membros da CPLP que induzam ao seu fortalecimento a todos os níveis, o que também pode proporcionar posições mais fortes na União Europeia (EU), no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na SADC (*Southern African Development Community*). O recente interesse de vários países nesta comunidade, incluindo os Estados Unidos no papel de observador, parece não despertar o interesse de colocar a língua portuguesa bem como a sua divulgação no topo das prioridades da organização.

“[...] Essas afinidades comerciais se baseiam, como já vimos, no pressuposto de uma língua em comum e de um Weltgeist semelhante, que tem no espaço da CPLP a chance de consolidar-se não só dentro do próprio bloco, mas também fora dele tendo em vista o número de blocos regionais aos quais os países-membros da CPLP estão associados: Mercosul, União Europeia, Cedeao, Asean, Sadc, União Africana, Brics, G-20, G-7 etc.”

(M.Alley, p. 32)

Se pensarmos que os países de língua oficial portuguesa representam 4% do PIB mundial e que 2% do comércio mundial é realizado pelos mesmos depressa entendemos o valor económico adjacente à língua portuguesa. Se adicionarmos a estes dados as trocas comerciais com os países de língua espanhola, que são favorecidos pela sua dupla-situação, proximidade linguística e geográfica, então podemos concluir que se justifica uma parceria estratégica com países de língua espanhola onde a cooperação e o desenvolvimento de políticas de língua conjuntas seja uma constante numa simbiose cultural que bem se poderia considerar o ideal linguístico para os países envolvidos. No mesmo estudo⁴² verificamos que os países de língua oficial espanhola são responsáveis por 7% do PIB mundial e 6% das trocas comerciais. Se somarmos os falantes das duas línguas então estamos a falar agora de um universo de mais de 800 milhões de indivíduos.

⁴² Potencial Económico da Língua Portuguesa, p.10. Disponível na internet: https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/oportunidades/linguas/economic_potential_portuguese.pdf

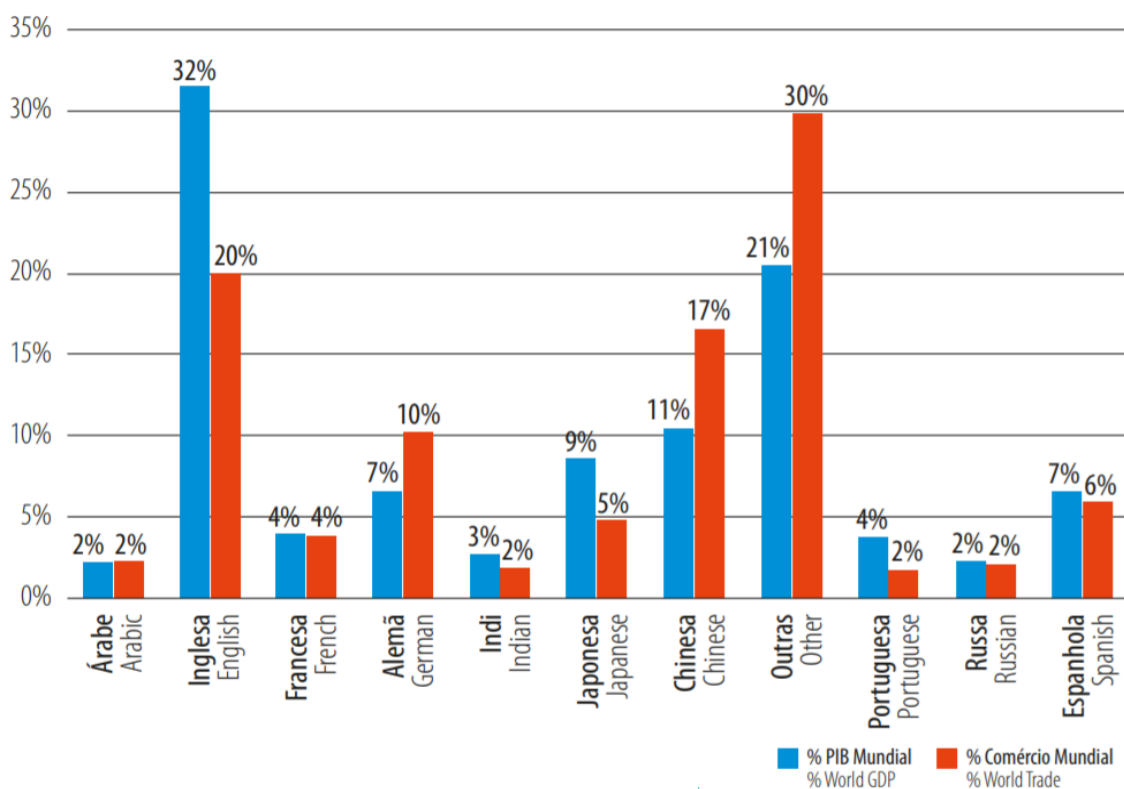


Fig.4 – As línguas e o respetivo valor do PIB mundial. Fonte: Potencial Económico da Língua Portuguesa, p. 10 *apud* RETO, Luís (2012) Potencial Económico da Língua Portuguesa.

Repare-se que “a intercompreensão entre o português e o espanhol facilita as trocas comerciais entre Portugal e Espanha ou entre o Brasil e os restantes países da América Latina”⁴³. Não é por acaso que o mais recente presidente do Camões IP, João Ribeiro de Almeida, na sua primeira entrevista com esse cargo⁴⁴, afirme claramente que o instituto homólogo espanhol não é concorrência mas sim um aliado na promoção de ambas as línguas, continuando assim na linha do seu antecessor Luís Faro Ramos. Aliás, estas pretensões de cooperação luso-espanhola começam ainda antes com Ana Paula Laborinho que foi presidente do instituto entre 2010 e 2017 e foi responsável pelas primeiras cimeiras e encontros sobre o valor económico das línguas portuguesa e espanhola.

Fugir a este quadro linguístico e económico é como fechar-se no seu espaço em contraponto com um mundo globalizado. E assim, verificamos também a importância da LP na internet. O quinto lugar ocupado entre as línguas mais utilizadas é uma vantagem

⁴³ A Língua Portuguesa como ativo Global (Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha, José Esperança e Fábio Valentim).

⁴⁴ Entrevista ao Diário de Notícias online. (6 de dez. 2020)

crucial à espera de ser “utilizada” e daí tirar proveitos económicos na promoção da Língua Portuguesa.

O novo poder das redes sociais e o Ensino à distância impulsionam sobremaneira a força económica da língua. A esse propósito vejamos as interações entre os países que usam a mesma língua, além de os aproximar é um forte incentivo a transações diversas. Esse aspeto é evidente em vários países como por exemplo os vários que usam a língua inglesa, espanhola ou portuguesa, entre outras. Vejamos ainda a necessidade de dar resposta, por parte das instituições com essa responsabilidade, ao interesse na língua portuguesa como língua estrangeira, de herança ou como segunda língua.

O Ensino à distância revelou-se fundamental neste ano de 2020 e nomeadamente Portugal parece apostar cada vez mais nesse aspeto, o desenvolvimento tecnológico apontado ao valor económico da língua. Também o IILP pareceu despertar para o poder das redes sociais atualmente, uma análise do Facebook deste instituto revela que o ano de 2020 foi o mais ativo dos últimos anos.

Se o cenário pandémico e pós pandémico teve algo de positivo, foi sem dúvida, a descoberta digital por parte de variadíssimas entidades. A promoção da língua portuguesa (pelo menos aquela que está ao cuidado de Portugal) deve assim juntar atos concretos e potenciar o uso de metodologias ligadas ao Ensino à Distância, nomeadamente através do Camões IP e do seu Centro Virtual. Miguel Teixeira coloca ênfase neste aspeto crucial “Saliente-se [...] o Centro Virtual Camões que abriga um importante conjunto de materiais destinados a promover o ensino do Português Língua Estrangeira (PLE), um conjunto de bases temáticas que gratuitamente permite a todos os interessados a aprendizagem da língua portuguesa nos mais diversos cantos do mundo, desde que estejam ligados à Rede.”

⁴⁵ “ [...]uma língua e uma cultura podem abrir caminhos à economia, tornar o país conhecido, dar boa imagem, divulgar o que lá se faz e isso é um valor estratégico importante. Uma língua também ajuda a valorizar socialmente as comunidades que vivem no estrangeiro. Se conseguir impor-se na Internet, se produzir software educativo - é por aí que passa relação com o mundo [...]”

Carlos Reis

⁴⁵ Entrevista do jornal Expresso a Carlos Reis, consultada online a 12/11/2020 e com o link: <https://expresso.pt/actualidade/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>

VI - Políticas de promoção da língua portuguesa

Não há uma língua portuguesa, há línguas em português.

José Saramago

Entendemos anteriormente o indiscutível valor internacional da língua portuguesa (aproveitado ou não) que deve ser entendido como uma vantagem política e comercial. Também se percebe que Portugal e Brasil (países com estratégia definida) deveriam unir os seus esforços na divulgação da língua portuguesa, nomeadamente concretizando uma maior cooperação, por exemplo nas instituições responsáveis pelo ensino de português no mundo, o Camões IP e a Rede Brasil Cultural.

⁴⁶“O Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, é um instituto público do Estado português tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Camões, IP tem construído, ao longo do tempo, uma vasta rede global de instituições e de parcerias destinadas ao ensino do português e à difusão da cultura portuguesa. Em 2015, desenvolvia atividades regulares em 84 países dos cinco continentes. Para além de 37 países europeus, o Instituto está presente em 11 países ibero-americanos, 15 países africanos, 11 países da Ásia e Oceânia, oito do Norte de África e Médio Oriente e ainda nos EUA e no Canadá. [...]”

⁴⁷[...] A Rede Brasil Cultural é uma instituição tutelada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e tem como objetivos a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira no estrangeiro. Em 2015, a Rede era constituída por 24 Centros Culturais, 35 Leitorados e cinco Núcleos de Estudos Brasileiros e estava presente em 44 países.”

Considerando que os países de língua portuguesa apresentam em teoria uma vontade comum na divulgação da língua que os une mas apesar desse facto, existem objetivos específicos de cada país que diferem entre si. Portanto será uma questão de medição, no sentido de entenderem se é mais importante o que os une, a língua, ou o que os separa, as políticas individuais (com diferentes objetivos) de cada estado.

A CPLP teria essa meta, juntar e consolidar os laços entre os países de língua portuguesa mas mais de vinte anos depois da sua criação parece que todas as intenções não saem do papel por diversos motivos que nos propomos a analisar. A falta de recursos

⁴⁶ ESPERANÇA J. e Outros – *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, 2016.

⁴⁷ ESPERANÇA J. e Outros – *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, 2016.

financeiros e as crises económicas de diversos países em diferentes momentos não podem explicar tudo, nomeadamente alguma falta de estratégia entre os países de língua portuguesa. A esse propósito em declarações à Agência Lusa o diretor do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, Paulo Gorjão afirmou que “A CPLP é um instrumento de valor acrescentado para os Estados-membros, de outro modo há muito teria deixado de existir. Por outro lado, está muito aquém do que seria possível e desejável.”

E assim chegamos também ao IILP que padece dos mesmos problemas da comunidade que o criou, provavelmente até problemas maiores pois não desperta interesse fora da comunidade e dentro dela parece não ser uma prioridade.

Como esta investigação tem por base entender o papel de Portugal na promoção da sua língua torna-se importante também dissertar um pouco acerca da sua situação no seio da União Europeia.

1- A CPLP

“A democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros.”

Winston Churchill

Quando confrontado com uma pergunta sobre o possível papel mais ativo da CPLP na promoção da língua portuguesa contribuindo para uma efetiva internacionalização Miguel Teixeira foi claro: “A CPLP pode e deve desempenhar um papel muito mais ativo e interventivo contribuindo dessa forma para uma efetiva internacionalização da língua portuguesa. Com efeito, instituída formalmente em Lisboa, a 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) corporiza o projeto da lusofonia que assenta numa perspetiva cujo eixo se baseia no facto de que os diversos polos constitutivos são um instrumento e um trilho que coincide na língua portuguesa e nas culturas lusófonas, mas que se afirma no multiculturalismo.”

Ricardo Salomão relembra-nos que a internacionalização da língua portuguesa é efetiva e que “dito isto, sim, a CPLP podia ter um papel mais ativo. Incluindo Portugal.

Com todos os cuidados que salvaguardem a autonomia dos países participantes e prevenindo visões neocoloniais.”

De facto, a união em torno de uma herança comum (a língua) não deve ser confundida ou contribuir para o ressurgimento (independentemente das características) de ex-impérios ou para o aparecimento de novos se pensarmos no caso do Brasil. É importante lembrar este facto já que na génese da criação desta comunidade encontramos pretensões luso-brasileiras e a vontade de criar uma comunidade entre ambos os países. No caso português a ideia é tão antiga quanto o próprio império colonial.

48 “O ideal da lusofonia encontra as suas origens mais remotas no projecto messiânico do quinto império de autoria do padre Antônio Vieira (1608-1697), retomado e reformulado no nosso século por Fernando Pessoa (1888-1935) que, sobretudo no Livro do Desassossego, concebe a língua portuguesa como um espaço do futuro império espiritual, caracterizado pela universalidade. Despida das roupagens imperiais.”

Ainda na linha de pensamento de Miguel Teixeira, podemos considerar que a CPLP será a mais democrática das comunidades internacionais. Repare-se que a cada país da comunidade corresponde um voto. “Este aspeto é bastante diferente da Commonwealth, que a Rainha da Inglaterra por tradição preside. Temos a Francofonia, em que a França assume sempre a presidência e a liderança. No caso da CPLP o que nós temos é um conjunto de oito países iguais em direitos e em deveres, com os mesmos votos, e que assumem rotativamente o secretariado e o secretariado executivo da instituição.” Mas é neste sentido que surge também o primeiro desafio burocrático da CPLP. Não raras vezes esta comunidade enfrenta problemas relativos à tomada de decisão. O secretário-executivo vê os seus poderes muito limitados, ou seja, existem limitações logo à partida no estatuto da comunidade. Marcolino Moco foi o primeiro secretário-executivo da CPLP e dá conta dessas limitações:

49 “Outro aspecto é que a CPLP não confere o grau de autonomia necessária às estruturas executivas, como acontece na francofonia e na Commonwealth, ou ainda como acontece nas Nações Unidas em que o Secretariado Geral tem o protagonismo que se conhece, praticamente o Secretário Geral tem um estatuto quase de chefe de Estado, ou, pelo menos, como par de chefes de governo. Parece-me que há um espartilho, um zelo demasiado de os estados controlarem o dia-a-dia da acção do executivo, reduzindo a sua função de executor, programador e pensador das políticas da CPLP.”

⁴⁸ Miguel Teixeira em resposta às perguntas realizadas no âmbito desta tese de mestrado.

⁴⁹ Marcolino Moco em entrevista ao jornal angolano O País *apud* A Língua Portuguesa como ativo Político, Monica Villela Grayley, 2019, p. 173.

Nesta situação voltamos à “velha” questão da medição de interesses, já referida anteriormente. Os interesses individuais de cada estado-membro sobrepõe-se ao interesse comum da comunidade. É certo que aumentar as competências de ação do Secretário-geral por si só não resolveria o problema. Seria preciso uma articulação genuína de interesses comuns bem programados e organizados com políticas comuns fortes sempre com vista ao desenvolvimento da CPLP, relembrando e rejeitando sempre perspectivas neocoloniais.

E é sem as “roupagens imperiais” que naturalmente Portugal e Brasil têm de se assumir como o motor desta comunidade. No que à política de língua diz respeito é necessário dotá-la de diferentes meios que permitam o seu desenvolvimento estruturado. E aqui a aliança luso-brasileira pode ser muito eficaz. Se atentarmos ao Brasil como parte das grandes potências económicas à escala mundial e juntarmos o facto (não indissociável) do seu contingente populacional, fator este que aliás também se verifica (como vimos) em Angola e Moçambique, à capacidade de coordenação, iniciativa e poder diplomático de Portugal, obtemos um conjunto articulado de ferramentas ao serviço do desenvolvimento de uma política de língua robusta e concretizadora que muito poderia servir a CPLP.

No entanto, cerca de 25 anos depois, as referidas ferramentas continuam longe de ser usadas adequadamente. A realidade é que a comunidade representa uma tentativa legítima de agregar diferentes povos de diferentes continentes num universo de cerca de 270 milhões, uma diversidade considerável de culturas.

Se podemos considerar que em várias áreas houve alguma evolução na CPLP, a provar está o interesse constante de vários países nesta comunidade, no que diz respeito a políticas de língua esse aspeto é menos notório. Assim é natural a opinião de Mia Couto (2018) que afirmou ⁵⁰“Não vejo que a CPLP tenha encontrado um caminho visível, claro, de afirmação, em que a gente percebe que eles são um parceiro que está presente.”

Num mundo globalizado, a grande força desta comunidade está assente na sua dispersão geográfica. Encontramos os países da CPLP espalhados por todo o globo terrestre e se pensarmos em cada um dos membros podemos verificar um potencial único.

⁵⁰ Palavras de Mia Couto em entrevista à *Cenabertaonline*, consultado *online* no link: <https://www.asemana.publ.cv/Mia-Couto>

Primeiro porque a língua portuguesa está presente nos cinco continentes e segundo a CPLP reúne no seu interior blocos regionais diversos. Começando na União Europeia, passando pelo MERCOSUL até à SADC, isto para citar apenas alguns. Miguel Teixeira conclui a esse propósito que “Será, na realidade, na óptica inter-regional que residirão as melhores oportunidades da CPLP, permitindo construir na área atlântica euro-afro-americana um bloco linguístico que se revista de cumplicidades afectivas e de solidariedades culturais.” Estas características da comunidade são um fator-chave para o progresso e desenvolvimento de cada um dos nove estados-membros. Atentemos à economia de cada membro no início da comunidade e comparemos com a realidade atual.

⁵¹Mónica Alley refere ainda fatores como as gestões bem-sucedidas em algumas tentativas de golpes de Estado na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, o crescimento económico de Angola e Moçambique e “a porta de entrada que se abriu na Ásia por meio do Timor-Leste e do seu petróleo, para além dos benefícios decorrentes das boas relações com a China, via Macau”, acrescente-se ainda o recente interesse dos Estados Unidos, Índia e os restantes países observadores associados que revelam claramente a importância geoestratégica, política e cultural da CPLP.

Todo este conjunto de dados deveria despertar o Brasil para os benefícios que podem advir da pertença a esta comunidade e fazer uma aposta mais forte em acordos multilaterais com os países da CPLP. O Brasil aposta nas relações bilaterais e sobretudo e no que diz respeito à língua portuguesa vai caminhando sozinho.

Se o Brasil colocar de lado as questões relacionadas com a mítica lusofonia⁵², ligada ao antigo império português, e trabalhar na base da cooperação poderá afirmar-se verdadeiramente como “o navio-almirante da língua portuguesa.”⁵³ Se nos mantivermos nesta analogia depressa reparamos que não tem sentido o Brasil continuar sozinho neste processo.

No fundo, cada governo brasileiro parece alterar a sua posição perante a comunidade, alternando entre importância relevante e pouco relevante.

⁵¹ A Língua Portuguesa como ativo Político, Monica Villela Grayley, 2019, p. 176

⁵² Parece existir do lado brasileiro, algumas vezes, que têm uma perspectiva de que a CPLP é vantajosa apenas para Portugal e para os países africanos.

⁵³ *O Brasil é o navio-almirante da língua portuguesa*. Expressão utilizada por Luís Faro Ramos em entrevista ao jornal Expresso de 28 de outubro de 2020, agora como Embaixador de Portugal em Brasília.

No caso da língua portuguesa, sugeria-se uma política de língua baseada na cooperação entre os estados-membros que não permitisse oscilações abruptas, que em muito prejudicam uma evolução gradual no cumprimento dos objetivos. É claro que uma política de língua não deve ser fixa, naturalmente deve adaptar-se aos diferentes cenários próprios da ação do tempo ou diferentes fatores, mas seriam uteis políticas de base fortes que não permitissem grandes desvios de objetivos comuns por parte dos diferentes estados da CPLP.

É necessário deixar a árvore crescer, numa alusão à opinião de Carlos Reis⁵⁴ em relação à política de língua dos governos portugueses. A tarefa é de todos e ainda na mesma entrevista explica que “Se Portugal não trabalhar para trazer para esta causa os outros países, está condenada ao fracasso.”

O papel de Portugal tem de ser o de evitar visões nacionalistas para esta comunidade. Fugir à visão conquistadora do quinto império e no que respeita à promoção da língua, também não parece pouco realista assumir o Brasil como o anfitrião número um, no entanto, tem de existir da parte do Brasil uma vontade política genuína e cooperante na prossecução desses objetivos, sobretudo se tivermos em conta que Portugal apresenta-se como o país mais desenvolvido (e com mais tempo de trabalho) em termos de políticas de língua com vista à divulgação da língua e nas relações externas inerentes.

Perante as dificuldades a CPLP vai respondendo aos desafios apresentados com relativo sucesso. Falta um plano estratégico firme que represente efetivamente a vontade comum, é certo, mas repare-se também que se a comunidade desperta tanto interesse político no âmbito internacional é porque o valor da mesma salta à vista.

A CPLP deve fazer uma reavaliação a si mesma e salientar também os seus aspetos positivos fundamentais. Começamos por observar que esta comunidade nasce com espírito bem distinto de outras, assente nos valores de solidariedade entre iguais reforçando os laços entre os estados-membros. Em situações de instabilidade e conflito a CPLP respondeu sempre unida e com firmeza. Ainda atualmente com Moçambique e o problema da violência aterrorizante em Cabo Delgado, a CPLP respondeu com um veemente apelo à comunidade internacional para prestar assistência humanitária. Saliente-se também as missões de observação em várias eleições como Angola, Timor e

⁵⁴ Em entrevista ao jornal Expresso de 5 de Julho de 2008, 1.º Caderno, p.20 disponível no link: <https://expresso.pt/actualidade/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>

Guiné-Bissau, “oferecer” voz aos estados-membros na Assembleia Geral das Nações Unidas devido ao seu estatuto de observador e, quanto à Língua Portuguesa, destaque-se por exemplo o trabalho realizado no sentido desta língua ter estatuto de língua de trabalho em diversas organizações mundiais e principalmente, destaque-se essa tentativa para as Nações Unidas.

Apesar de estar ainda longe do que seria expectável, a CPLP apresenta-se realmente como uma vantagem significativa para todos os estados-membros. Não está construída, vai antes sendo construída ao longo do tempo.

2- O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

O IILP nasce em 1989 por iniciativa brasileira e curiosamente a sua criação é como que uma “primeira pedra” na construção da CPLP. A sua missão, e com base no seu site, passa pela “promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais.”

Falar do seu nascimento também nos obriga a refletir sobre a sua longa espera até ser aprovado o seu primeiro estatuto e a sua formalização que só foi realizada em 2002. Em 2010 foi aprovada em Luanda uma reforma a este documento incluindo um regimento interno que Portugal aprova dois anos depois por decreto.

O IILP poderia muito bem cumprir os objetivos a que se propõe mas não é esse o caso. É um Instituto perdido nas suas competências que além de um site pouco atrativo visualmente e que parece abandonado (vai muito raramente publicando algumas informações e quase de forma aleatória) pouco mais mostra ao público. Se o objetivo proposto em março de 2010 por parte dos ministros de estado da CPLP, no que ficou conhecido como Plano de Ação de Brasília⁵⁵, era a inovação tecnológica e maior atividade online do IILP então até hoje esse objetivo está bem longe de ser cumprido.

⁵⁵ *Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos: Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos;*

Reparemos que o que se encontra na plataforma online do IILP são as redes sociais (das quais destacamos o Facebook no tópico anterior) e o também já referido site com ligação ao blogue do mesmo. Entrando nesse blogue verificamos que é “apenas” um repositório da língua portuguesa e cujas publicações nem sempre são da responsabilidade do próprio Instituto, tal como se avisa na página principal.

Atendendo às diretrizes propostas em 2010, veja-se a Rede virtual de professores de português. De facto, ela existe e é possível encontrar uma série de colaboradores dos mais diversos estados-membros, no entanto, os cursos e as Unidades Didáticas parecem, fazendo uma análise superficial e empírica, manifestamente insuficientes tendo em conta o espaço de tempo decorrido. Referir ainda que o acesso a esta plataforma PPPL (Portal Professores Português Língua Estrangeira) não foi possível⁵⁶ através do link disponível no site oficial do IILP. Portanto parece uma Rede Virtual demasiado escondida tal como a sua utilidade, que não é imediatamente visível.

E como pode então o IILP cumprir os seus propósitos? Começemos pelos projetos apresentados pelo Instituto. Uma consulta no seu site permite observar três:

O primeiro apresenta o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) que segundo a página eletrónica “reúne os vocabulários nacionais de cada um dos oito membros da CPLP”. Foi exatamente na construção dos VOC que o IILP parecia começar a despertar e a atrair interesse. Diga-se que o apoio do ILTEC (financiado por, mais uma vez, Portugal) foi fundamental na conclusão dos VOC. Este foi um trabalho de grande fôlego que conseguiu contemplar à volta de 95% do vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Se pensarmos que os Vocabulários Nacionais se formam a partir de apenas e só o vocabulário específico de cada país para no fim encontrarmos o “comum” de cada país depressa entendemos que foi um trabalho que dá conta da utilidade que o IILP poderá ter com os devidos apoios.

O segundo remete-nos para as edições da revista Platô que desde 2012 tem apenas sete edições. Se a revista surge com o propósito de “registrar os diferentes trabalhos realizados pelo instituto” o facto de apresentar sete edições é sem dúvida preocupante.

O terceiro é o já referido link para o PPPL.

As atribuições do IILP, p. 8

⁵⁶ Tentativa de acesso realizada a 30-12-20.

Ficam a faltar portanto, projetos dinamizadores na área da intervenção e sobretudo investigação. Afinal seria esse o grande valor acrescentado do Instituto.

“No âmbito das suas competências, deveria constar a dinamização de projetos quer na área da intervenção, quer na da investigação nas diversas áreas da linguística, através da instituição de unidades de investigação e de intervenção financiadas através de programas nacionais e internacionais.”

(Mário Filipe, p. 473)

Claro que projetos de investigação requerem investimento. Para isso, seria preciso o Instituto reunir em torno de si a vontade dos nove países da CPLP. É lamentável que mais uma vez seja apenas Portugal que cumpre a sua parte nessa matéria. Se este facto é compreensível em relação a outros países, não o é para o Brasil, que apresenta dificuldades diversas em relação ao cumprimento dos acordos estabelecidos e em vez de funcionar como uma alavanca do IILP, faz com que as dificuldades de sobrevivência sejam ainda maiores. Assim, Portugal tem de ser capaz de chamar para si o Brasil, no sentido, de este se tornar um verdadeiro parceiro no objetivo comum e não como (parece sempre subjacente) um concorrente neste processo.

Uma outra hipótese para o IILP seria uma junção ao Camões IP, ou seja, reformular o Camões IP no sentido de ser este organismo a realizar o papel do IILP. Sabemos que o Camões IP é a principal instituição dentro dos países da CPLP no que concerne à promoção da língua portuguesa extramuros.

Mas é um facto que esta situação não seria a ideal para os países da CPLP. Poderia este projeto ficar ligado a uma ideia de neocolonialismo e além de afastar ainda mais o Brasil poderia também ter um efeito semelhante nos restantes países da comunidade. Sugerem-se então projetos de cooperação entre o IILP e os estados português e brasileiro que fortaleçam e permitam o desenvolvimento gradual deste instituto.

⁵⁷ “[...] Em conclusão, penso ser necessário para uma correta e eficiente internacionalização e crescimento da língua portuguesa no contexto global, a promoção coordenada do português, com um instituto multinacional de ensino que exporte a língua a novos mares de afirmação e influência geopolíticas, resgatando o seu lugar de conquista na História.”

3- O Camões IP

⁵⁸ *“As línguas não se confinam [...], as línguas viajam livremente através dos seus poetas, dos seus escritores e [...] felizmente que é assim.”*

O Camões IP, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, assume para si a responsabilidade de promover o ensino e a divulgação da Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro. Para melhor percebermos o panorama atual deste instituto é importante atentar às suas heranças. Repare-se que o Instituto Camões é criado, ainda no seio do Ministério da Educação (1992-1994) para suceder ao Instituto de Língua e Cultura Portuguesa – ICALP (1980-1992), mas muito antes, desde os finais dos anos 20 se pode verificar a preocupação de promover e divulgar a língua, neste caso através da longínqua Junta de Educação Nacional (1929/1936). Para melhor percebermos a sua evolução histórica vejamos a seguinte ilustração, retirada da página oficial do Camões I.P.⁵⁹:

⁵⁷ Miguel Teixeira em resposta às perguntas realizadas no âmbito desta tese de mestrado.

⁵⁸ Declarações de Luís Faro Ramos, ainda como Presidente do Camões IP. 28/10/20: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/apresentacao-do-livro-a-projecao-internacional-do-espanhol-e-do-portugues>

⁵⁹ <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>

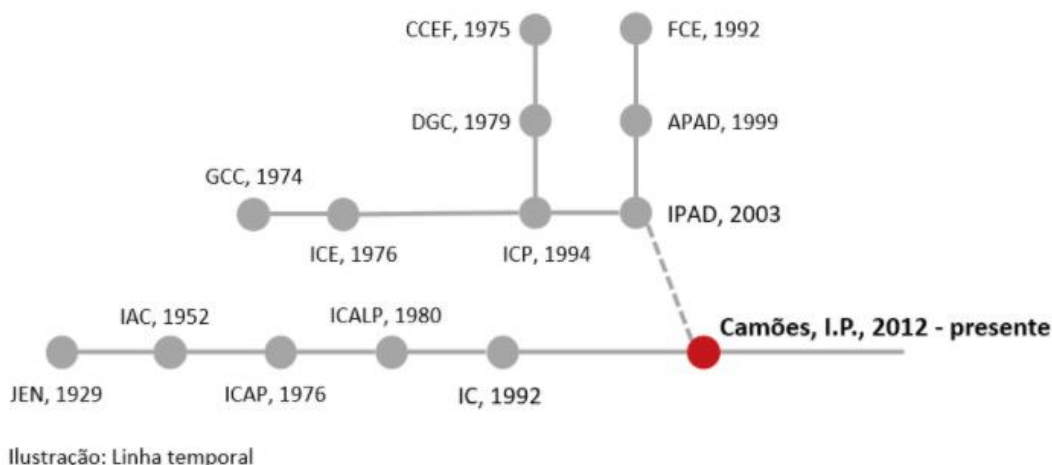


Fig.5- Linha temporal do Camões I.P.

As suas reformulações, criações e recriações⁶⁰ ao longo do tempo fazem com que a sua herança seja significativa. Se os primórdios da ação de Portugal no âmbito da divulgação da língua portuguesa deixam dúvidas quanto às intenções nacionalistas, sob a forte influência de uma ditadura, a sua existência atual⁶¹ deve ser entendida como uma oportunidade de apresentar robustez e maturidade no cumprimento desses propósitos.

Assim, e principalmente desde 2012⁶², o Camões IP tem construído uma rede vasta e à escala global que muito pode (e de facto assim tem acontecido) contribuir para a afirmação da língua portuguesa.

⁶³ “O novo organismo público permanece sob a superintendência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com autonomia administrativa e financeira, numa dinâmica organizacional liderada por um Conselho Diretivo comum e dois órgãos de conceção e coordenação: a Comissão Interministerial para a Cooperação e o Conselho Consultivo para a Língua e Cultura portuguesas.”

⁶⁰ Foram seis os organismos que antecederam o atual Camões IP.

⁶¹ Se pensarmos que o atual Camões IP cumpre (de outra forma) essa função nos dias de hoje.

⁶² Ano em que o Instituto, depois da junção entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento passa a designar-se como Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

⁶³ Luís Alberto Alves e Francisco Miguel Araújo – Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Portugal), p. 6.

A sua missão começa desde logo com o apoio aos países de expressão portuguesa e a sua atuação tem como objetivo fundamental a “erradicação da pobreza extrema e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros” – conforme o site oficial do Camões IP. Mas a sua ação não se esgota nos países “amigos” de língua portuguesa. O Camões IP encontra-se presente nos principais países de destino da diáspora portuguesa mas também no ensino não superior em Espanha, Uruguai e outros países da Mercosul, Senegal, Namíbia ou Zimbabué.

Consegue portanto, chegar aos países vizinhos dos países de língua oficial portuguesa e esse aspeto, como vimos anteriormente, é realmente importante no *spread* de qualquer língua. E ainda, países⁶⁴ como Bulgária, Hungria, Itália, República Checa ou a Roménia onde a língua portuguesa faz parte dos seus currículos escolares.

Se a estes factos juntarmos a presença do Camões IP ao nível do Ensino Superior e a sua rede de leitorados rapidamente entendemos a dimensão global e sobretudo dinâmica do Instituto.

Países onde o Camões, I. P., atua	85
Centros culturais portugueses	19
Estruturas de coordenação de ensino	11
Centros de língua portuguesa	76
Cátedras (Investigação)	48
Instituições com as quais o Camões, I. P., coopera	402
Professores da rede oficial da educação pré-escolar, ensino básico e secundário	310
Professores da rede particular da educação pré-escolar, ensino básico e secundário	631
Leitores	49
Docentes ao abrigo de protocolos de cooperação	757
Alunos	169 053

Fonte: Camões, I. P. (2018).

Fig.6⁶⁵ – Indicadores gerais de atividade do Camões IP.

⁶⁴ Informação retirada de, A Língua Portuguesa como ativo Global (Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha, José Esperança e Fábio Valentim), p. 99.

⁶⁵ Quadro retirado de, A Língua Portuguesa como ativo Global (Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha, José Esperança e Fábio Valentim), p.100 *apud* Camões IP (2018)

3.1 - Camões (IP) e comparações

Verificando os dados relativos a Portugal e ao Camões IP e comparando com o “Navio-almirante” da língua portuguesa, o Brasil e a sua Rede Brasil Cultural estão ainda muito abaixo dos números apresentados pelo Instituto português. O número de países onde a Rede brasileira atua é pouco mais de metade, 44 países. Se o Brasil apresenta mais Centros culturais (24) em todas as outras áreas fica aquém da realidade portuguesa.



Fig.7⁶⁶ – Indicadores gerais de atividade Rede Cultural Brasil

Não se entenda com a comparação destes dados que existe alguma intenção de incentivar uma certa concorrência entre os dois países, antes pelo contrário, a ideia declarada do autor deste trabalho investigativo é a junção de esforços entre os países com responsabilidades na divulgação da língua portuguesa. Serve sim, para refletir sobre a postura do Brasil na divulgação da sua língua, numa flexibilidade distanciada que se verifica com a CPLP e mais propriamente com o IILP onde apenas Portugal tem as suas

⁶⁶ Dados e imagem retirada do Novo Atlas da Língua portuguesa (2019), p. 83.

contribuições financeiras em dia⁶⁷, e também perceber se vale a pena seguir caminhos separados nesta pretensão.

A Rede Cultural Brasil, também tutelada por um ministério, tem uma presença mais forte nas proximidades do país e apresenta diversos cursos de língua portuguesa, seminários, exposições, atividades relacionadas com música, dança, artes plásticas e outras. O seu exame de proficiência na língua que é atualmente reconhecido pelo governo (o único com esse estatuto) é o CELPE-Bras. Destaque-se ainda os seus leitores (14) que vão realizando um papel importante na promoção da língua portuguesa e inclusive estão presentes nas mais conceituadas universidades do mundo.

E este é o caminho significativo que o Brasil vai trilhando sem companhia nesse processo. Por diversos motivos, que deviam ser ultrapassados, parece que Portugal (e destaque-se o Camões IP) pretende trabalhar na base da cooperação e o Brasil pretende caminhar sozinho.

Voltando agora à apreciação e análise do Camões IP e no que diz respeito às suas responsabilidades de política de ensino e divulgação da Língua e Cultura portuguesas verificamos anteriormente que Luís Faro Ramos foi substituído da liderança do Camões IP por João Ribeiro de Almeida em 2020. Ora, Luís Faro Ramos é atualmente o embaixador de Portugal no Brasil, por sua vez, João Ribeiro de Almeida era o embaixador de Portugal na Argentina. O jornal Expresso⁶⁸ refere-se a esta situação como um “tango com cheiro a samba” que “mostra a crescente importância do espaço ibero-americano nas relações de Portugal com o mundo”. Diremos nós que demonstra essencialmente que o rumo do Instituto passará muito pela cooperação com os países de língua portuguesa mas também com uma efetiva aproximação à língua castelhana e inerentemente ao seu instituto mais visível e importante, Cervantes.

“Sinergias e complementaridade”⁶⁹ é o que o instituto português pretende encontrar com o seu homólogo espanhol, um aspeto concretizado, por exemplo, num importante lançamento de um livro “A projeção internacional do espanhol e do português:

⁶⁷ Além deste facto ainda ofereceu uma contribuição extraordinária de 200 mil euros. Notícia disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/atualidades/noticias/so-portugal-tem-as-contas-em-dia-no-instituto-da-lingua/3395>

⁶⁸ Entrevista a Luís Faro Ramos – Jornal Expresso 28/10/20:

<https://expresso.pt/internacional/2020-10-28-O-Brasil-e-o-navio-almirante-da-lingua-portuguesa.-Entrevista-a-Luis-Faro-Ramos-novo-embaixador-de-Portugal-em-Brasilia>

⁶⁹ Luís Faro Ramos em entrevista à RTP2 no dia 13/01/19.

O potencial da proximidade linguística”, cujas vantagens de valor económico já analisámos anteriormente.

O Instituto Cervantes é talvez um dos mais importantes exemplos no que à divulgação da língua diz respeito. E ao verificarmos semelhanças com este instituto estamos naturalmente a seguir caminhos corretos. Além da data de criação, que nos informa que o Camões foi criado no ano seguinte (1992) ao do instituto Cervantes (1991), um olhar atento dos números permite-nos verificar que eles são muito semelhantes: O número de países em que estão presentes, os respetivos centros culturais e a presença nos cinco continentes. O Instituto Cervantes está presente em 88 cidades de 45 países através dos seus Centros, aulas e extensões diversas. Já em termos de orçamento, o Camões IP conta com metade do homólogo espanhol. Mas importa aqui, voltar a refletir na junção de esforços e assim verificar o que esta relação bilateral pode trazer de benefícios a ambas as partes. É com interesse que a Espanha e o Instituto Cervantes olham para o país vizinho português. Se a implementação da língua espanhola à escala global é evidente (em termos de expansão global pode mesmo ser considerada a número dois a nível mundial), a vontade de encontrar ainda mais ramificações através da proximidade linguística é também muito apelativa. Assim, é natural que o Instituto Cervantes veja com bons olhos as parcerias, a cooperação e os entendimentos diversos com o Camões IP. De facto, também o instituto português tem demonstrado um interesse claro na cooperação com o Instituto Cervantes.

⁷⁰ *“Creio que temos de estar conscientes de que estas duas línguas que são tão próximas - você está a falar comigo em português, eu estou a responder em castelhano e nós entendemo-nos - representam por isso um valor que mais ninguém tem na Europa, além de nós. Eu penso que isto tem uma projeção para se poder fazer um projeto e que tem, sobretudo, uma força política que é muito importante.”*

Do lado português, também o atual Presidente do Camões IP, João Ribeiro de Almeida chama a atenção para esse aspeto:

⁷⁰ Iñaki Abad Leguina, diretor do Instituto Cervantes em Lisboa, em entrevista ao jornal Diário de Notícias, edição online 05/10/20: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/05-out-2020/o-espanhol-e-a-lingua-com-mais-crescimento-profissional-no-mundo-12877466.html>

⁷¹ “Podem ser aliados. São duas línguas muito próximas, com tudo o que isso tem de positivo e de negativo, até há quem diga o disparate de que vão acabar por se fundir. A minha última atividade diplomática foi em países de língua espanhola e é interessante ver o respeito que têm pelo português qualquer um desses três países que têm fronteira com países de língua portuguesa, Portugal ou aquele colosso que é o Brasil. É interessante ver nestes países a força e a riqueza do espanhol e o português ali presente como língua de respeito que as pessoas começam a estudar.”

3.2 - Camões IP – Rumos atuais e críticas

⁷² “O Instituto Camões deveria, a meu ver, formular propostas aos sete países lusófonos no sentido de designarem, pelo menos, uma instituição que nos respectivos países se dedique à nobre missão de promover e difundir a respectiva cultura no sentido de criar bases de dados e promover a sua interligação, medida que contribuiria não só para melhorar o conhecimento entre os nossos povos, mas também para promover a língua comum — embora com as suas especificidades e variedades próprias — e as nossas diferentes culturas em outros espaços linguísticos.”

O Camões IP é o protagonista nas atividades relativas ao desenvolvimento global do património linguístico e cultural de Portugal e dos países de expressão portuguesa. Além dos números que já apresentamos anteriormente os vários programas e projetos fazem com que o Instituto se apresente ao “mundo” de forma dinâmica.

Os Centros de Língua Portuguesa são uma forte base de apoio ao ensino, à ciência e à cultura. Destaque-se também a Biblioteca Digital Camões que disponibiliza *downloads* gratuitos de publicações sobre a Literatura Portuguesa e se atentarmos ao total de 17 bibliotecas, o Camões I.P apresenta números bastante relevantes: 55000 registos com 3500 documentos *online*.

Os programas de Bolsas do Camões oferecem oportunidades a cidadãos nacionais e estrangeiros e todos os anos, entre as parcerias do instituto, são cerca de uma centena os bolseiros abrangidos. No que diz respeito à promoção exterior da cultura portuguesa também o Camões IP assume um papel central. Regularmente, é responsável por uma

⁷¹ Em entrevista ao jornal Diário de Notícias online 06/12/20: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/06-dez-2020/assisi-em-timor-a-grande-pressao-de-potencias-para-que-a-lingua-oficial-nao-fosse-o-portugues-13107429.html>

⁷² Miguel Teixeira em resposta às questões realizadas no âmbito desta Tese de Mestrado.

série de iniciativas culturais e artísticas no estrangeiro, exposições diversas, workshops, cursos e espetáculos musicais.

A nível da coordenação de ensino, o Camões IP procura constantemente novos protocolos com diferentes países com diferentes estratégias de apoio. Além das já referidas Cátedras, que conseguem marcar presença nos cinco continentes, o instituto procura memorandos de entendimento que permitam parcerias e que do lado português permitem contribuir decisivamente para o *spread* da língua. Israel ou Estados Unidos⁷³ são bons exemplos destas parcerias estratégicas num total de dez memorandos de diversas geografias desde a América Latina até ao Norte de África.

Se a nível externo o Camões IP não levanta grandes questões e assume-se cada vez mais como um instituto robusto, de grande utilidade e que cumpre a sua missão, a nível interno registam-se algumas críticas ao seu modelo orgânico e à sua missão.

Alguns artigos de opinião pública transmitem esse descontentamento em vários aspetos do Camões IP e da Rede EPE⁷⁴. O primeiro aspeto apontado prende-se com o facto de se ter instituído, durante a reorganização do instituto em 2012, uma propina de 100 euros anuais aos descendentes de emigrantes portugueses que pretendam frequentar o ano letivo. Em resposta a estas críticas, Luís Faro Ramos respondia que “A taxa de frequência é aplicada ao “ensino paralelo”. No que respeita a situações em que a responsabilidade pela organização dos cursos é das autoridades locais (ensino integrado ou complementar) não há lugar à cobrança de taxas. A participação do Estado português é a que os acordos bilaterais estipularem.” Chama também à atenção que esse valor pode ter “reduções entre 20 e 80 euros, para famílias com mais do que um aluno e para situações de desemprego. A taxa de frequência inclui a atribuição de um manual escolar”, e não menos importante, inclui o direito à realização de prova de certificação de competência linguística.

Mas ainda, com a certificação de aprendizagens a que os alunos têm acesso, também o Estado assume que este tipo de ensino deixa de ser visto como uma mera ocupação de tempos livres. A propina e o quadro de referência responsabilizam todos os

⁷³ Dados retirados do site oficial do Camões IP

⁷⁴ Artigo de opinião de Santana Castilho no jornal Público, 30/12/19
<https://www.publico.pt/2019/12/30/sociedade/opiniao/moribundo-ensino-portugues-estrangeiro-epe-1898753>

intervenientes no processo educativo, os encarregados de educação, os professores, os alunos e até a comunidade escolar.

⁷⁵ “A certificação vem trazer um elemento fundamental para a imagem do EPE, no que respeita aos estabelecimentos de ensino dos países de acolhimento e perante as autoridades educativas locais: a de que este tipo de ensino não é uma mera ocupação de tempos livres, que no EPE passou a existir exigência (ao professor e ao aluno) e rigor na aferição da proficiência e da progressão linguísticas dos alunos, de acordo com um quadro específico.

O facto de este tipo de ensino passar a ser pago, ainda que simbolicamente [...] constitui um ato de responsabilização mútua.”

(Mário Filipe, 2013)

Tendo em conta o contexto supracitado, torna-se importante para o estudo realizar uma análise ao quadro de referência usado para a Língua Portuguesa no sentido de compreender como funciona este instrumento decisivo no *spread* da mesma - *acquisition planning*.

A lógica decorre de que parte das críticas se centram no QuaREPE (Quadro de Referência para o Ensino de Português no Estrangeiro) construído com base no QERC – Quadro Europeu Comum de Referência. A primeira preocupação centra-se com a possível transformação do ensino do português no estrangeiro em “português como língua estrangeira”. Ora, a realidade que se ia apresentando, antes da criação deste quadro, ao nível da Rede EPE é que existiam variadíssimos níveis de aprendizagem e diferentes contextos. Este quadro pretendeu sempre formular estratégias para poder incluir cada um deles⁷⁶, ou seja, considerar como português língua materna um aluno que procura a manutenção da língua na terceira ou até quarta geração será desproporcional à realidade. “Já não é a primeira língua do aprendente, mas a língua de herança, em graus de proficiência muito diversificados.” E sendo assim “impõe a conceção de um quadro de referência que, não sendo dirigido a um aprendente de um idioma de língua estrangeira, seja capaz de dar conta do universo complexo específico do EPE”.

⁷⁵ FILIPE, M. - *Qualificação do Ensino Português no Estrangeiro e difusão*, p. 2

⁷⁶ Só a tentativa de tornar o ensino mais adequado, não será merecedora de reconhecimento?

O conceito de “língua de herança” que passou a existir com a criação do quadro “português”, ofereceu uma ferramenta importante ao Camões IP para a caracterização sociolinguística do aprendente que o direciona e facilita a sua aprendizagem.

Assim, a certificação de aprendizagens pode ser feita de duas formas. (1) A Certificação Português Língua Estrangeira que é dirigida a exclusivamente a cidadãos estrangeiros e contempla seis níveis (A1 a C2) tendo em conta o QEQR, com a mesma base podemos encontrar o Camões júnior – e-certificação Português Língua Estrangeira destinado ao público juvenil em formato e-certificação/e-assessment e o EUA – Exame NEWL (National Examination in World Languages) que é uma avaliação de língua online, disponível em português. (2) A Certificação EPE que é dirigida aos, já referidos, alunos da rede EPE. “Concretiza-se através da realização de exames por nível de proficiência, quando os alunos alcançam o perfil de saída definido nos termos do Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro (QuaREPE).”

Ao exposto, acrescente-se a especificidade dos níveis linguísticos pretendidos por cada aluno consoante o seu grau de proficiência mas (mais importante tendo em conta as críticas que, por desconhecimento do QuaREPE, são efetuadas) também por idades. Assim e em relação à certificação de aprendizagens em cada tipo de nível de proficiência linguística (A1 a C1) existe um tipo de prova específico para cada faixa etária (Prova A, B ou C).

PÚBLICOS	ANO ESCOLAR	N.º MÍNIMO DE HORAS POR ANO ESCOLAR	NÍVEIS DE CERTIFICAÇÃO		
6 - 10 anos <i>1.º ciclo</i>	1.º	60	A1.1	A1	Iniciação
	2.º	60	A1.2		
		120			
	3.º	60	A2.1	A2	Elementar
	4.º	60	A2.2		
	240				
11 - 14 anos <i>2.º ciclo</i> <i>3.º ciclo</i>	5.º	60	B1.1	B1	Intermédio
	6.º	60			
	7.º	60	B1.2		
	8.º	60			
	9.º	60			
	540				
15 - 18 anos <i>Secundário</i>	10.º	60	B2.1	B2	Avançado
	11.º	60	B2.2		
	12.º/13.º	60/60	C1.1	C1	
	720	C1.2			

Fonte: Camões, IP/DPFC 2012

Fig.8⁷⁷ – Informação geral sobre o QuaREPE

Ao afirmarmos que o Camões IP “impôs exames de português para estrangeiros tendo por norte o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, pensado para adultos e portanto inadequado para o ensino de crianças, particularmente as do 1º ciclo [...]” estamos portanto a falar de (1) uma imposição que não existe e (2) a “esquecer” o quadro português que, como podemos verificar, apresenta instrumentos adequados às diferentes idades escolares e que desde 2010 trabalha na formação de professores, criação de manuais escolares e elaboração de programas.

78 “O ensino da língua portuguesa no estrangeiro, do pré-escolar à universidade, é um dos grandes ativos da afirmação externa de Portugal e um dos instrumentos que permite um efetivo reforço da ligação ao país das nossas comunidades espalhadas pelo mundo.”

Naturalmente, com a dimensão que o Camões IP foi conquistando ao longo do tempo mais “olhos” estão apontados ao seu funcionamento. Esse facto não é de todo

⁷⁷ Imagem retirada de: *Qualificação do Ensino Português no Estrangeiro e difusão*, p. 4.

⁷⁸ Paulo Pisco, deputado da Assembleia da República Portuguesa, num artigo de opinião no jornal Público, 28-02-2020.

negativo, pelo contrário, implica um maior rigor e competência nos seus projetos com maior capacidade de avaliação dos mesmos (autoavaliação).

⁷⁹“Esta medida estrutural de planeamento linguístico de uma orientação de política de língua não é um processo terminado e exige acompanhamento, reflexão e análise, quer no seu alcance no que pretende mudar no ensino da Língua Portuguesa, quer nos seus efeitos em termos de metodologia e procedimentos, que ainda no impacto social, sobre a comunidade escolar e, em consequência, na imagem desta modalidade de ensino junto dos agentes e autoridades escolares locais dos diversos países que compõem a rede.”

(Mário Filipe, 2013)

O instituto está sujeito a críticas, a diferentes políticas governativas a diferentes impactos na comunidade escolar. Mas se continuar a demonstrar rigor de planeamento, vontade de adaptar o instituto às necessidades da própria língua, ao interesse que a mesma desperta no estrangeiro mas também (e com especial atenção) à comunidade portuguesa no estrangeiro, então, pode-se continuar a afirmar como um exemplo de ação política relevante no que à divulgação da Língua Portuguesa diz respeito, um prossecutor protagonista da Política de Língua do país e até mesmo da CPLP.

Conclusão

⁸⁰O génio de ser uma língua de futuro, viva, diversa na unidade, que muda no tempo e no espaço, continuando a ser a mesma no essencial.

(Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, 2020)

O valor da língua portuguesa no contexto político internacional é efetivamente elevado e raro no universo linguístico atual. Verificamos que existe uma vantagem (quase

⁷⁹ FILIPE, M. - *Qualificação do Ensino Português no Estrangeiro e difusão*, p. 8

⁸⁰ A propósito da língua portuguesa e da comemoração do seu Dia Internacional.

exclusiva) na utilização da língua portuguesa em cinco continentes. Facilitam-se as trocas comerciais e sobretudo há uma redução significativa no “custo do evento”, como vimos por exemplo no volume de negócios entre Portugal e Angola ou Portugal e Brasil. Neste contexto, vemos a utilização da mesma língua como a criação de oportunidades únicas em relações bilaterais e sobretudo multilaterais que se podem e vão-se desenvolvendo entre os países da CPLP. Mas num mundo globalizado a maior força destes países reside principalmente nas suas redes de conexão.

Repare-se que ao pensarmos em Portugal, no Brasil, em Angola ou Moçambique temos de considerar a EU a MERCOSUL ou a SADC ou ainda a porta de entrada que pode significar Timor-Leste para a Ásia mas o interesse é comum e recíproco, ou seja, são estas comunidades que demonstram interesse nos próprios países de expressão portuguesa e principalmente nas vantagens político-económicas que aí podem encontrar. A própria UE, que parecia atrasada na verificação dessa realidade, começa a entender esse facto e a procurar projetos conjuntos com Portugal e com a comunidade em que o país está inserido, destaque-se por exemplo as parcerias com o Camões I.P.

Estes aspetos referidos atestam o valor e a vantagem que significa a língua portuguesa, mais ainda, se como vimos anteriormente, juntarmos uma língua de proximidade, com características únicas, como o espanhol.

Muito do que pode significar um avanço significativo em relação à política de língua a desenvolver tem de passar em primeiro por um entendimento efetivo entre Portugal e Brasil e segundo pelo desenvolvimento planeado e eficaz de uma política de língua entre todos os países da comunidade. Para isso, volta a ser essencial um entendimento económico entre Portugal e Brasil orientado para o investimento contínuo nos países africanos (que pertencem à comunidade) e Timor-Leste e assim diminuir ao máximo as assimetrias regionais dentro do bloco. É fulcral encontrar estratégias de combate às fragilidades económicas da comunidade.

Este aspeto é ainda mais importante se pensarmos no IILP que precisa de Portugal e Brasil para cumprir de forma efetiva os seus propósitos.

⁸¹[...] Esta fragilidade económica provoca três grandes efeitos. O mais imediato é a diminuição do «valor de mercado» da língua. Ou seja, quanto mais ricos e influentes

⁸¹ Considerações Finais, *O Essencial Sobre a Língua Portuguesa*, 138; 139.

forem os países que falam uma determinada língua, mais valor essa língua tem para os falantes segundos dessa língua [...]

[...] Uma segunda consequência direta reside na falta de investimento em larga escala para aplicar uma Política de Língua em toda a CPLP, seja a nível interno (língua primeira), seja a nível externo (língua segunda) [...]

[...] Finalmente, a fraqueza económica da nossa comunidade será um fator muito condicionante para a produção e divulgação de conhecimento científico [...]

Muito do que pretendia a realização deste trabalho investigativo passava pelo entendimento do que seria o papel de Portugal na valorização da língua portuguesa no contexto político internacional. Fica claro que Portugal deve assumir uma característica intrínseca à sua história e ao seu valor, o seu poder diplomático. Deve evitar neocolonialismos ou demonstrar uma atitude saudosista de um antigo império, não obstante, tem se mostrar capaz de chamar para si o Brasil. Sabemos que o Brasil não teve o desenvolvimento económico que era esperado ao longo dos últimos anos mas esse aspeto pouco ou nada altera a posição de relevo que pode ocupar no seio da comunidade. É aliás, através do desenvolvimento de uma política de língua comum, com “uma ação política persistente, continuada e estrategicamente orientada”⁸² que poderá trazer frutos, e entenda-se também como retornos económicos relevantes, ao Brasil e a todos os países da comunidade.

E continuando no contexto político internacional, Portugal deverá efetivar políticas internas presentes em todos os programas de governo. Oferecer um papel, não exclusivo mas relevante, ao Camões IP dotando-o de meios para que o planeamento de língua seja cada vez mais forte e presente a nível global. É claro que o IILP deverá continuar a fazer parte das preocupações do país no que à divulgação da língua diz respeito, para isso, é necessário Portugal alertar os seus parceiros para a necessidade de cooperação num objetivo que deveria ser comum.

A propósito ainda do papel de Portugal no futuro e tendo em conta o cenário pandémico e pós pandémico, Ricardo Salomão afirmou que Portugal deverá continuar a realizar “O mesmo papel, adaptando-o às condições que a realidade, sucessivamente, apresenta.”

⁸² Filipe, Mário - A internacionalização da língua portuguesa. Difusão da Língua Portuguesa em Ensino a Distância, 2008:5.

Também em jeito de conclusão destaque-se as suas palavras em relação ao valor da língua portuguesa: “É uma língua internacional e isso já a coloca num cenário partilhado por pouquíssimas outras línguas. É uma língua de expressão de culturas diversificadas e sofisticadas. No entanto, na minha modesta opinião, o verdadeiro valor da Língua Portuguesa está em cada um dos seus falantes. Do presente ao passado.”

Bibliografia

ALVES e ARAÚJO – *Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Portugal)*. Porto, Universidade do Porto/CITCEM.

ANÇÃ M. e MACÁRIO M. – *A promoção da Língua Portuguesa e a Educação Linguística*. Aveiro, UA Editora Universidade de Aveiro, 2015. ISBN 978-972-789-440-6

BANZA, P e Gonçalves, M – *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Évora, Cátedra UNESCO, 2013. ISBN 978-989-99442-6-8

BAPTISTA, Luís Vicente - *Projecto: Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: Os Leitorados de Português*. Lisboa, 2004-2007.

CALVET, Jean-Louis - *As políticas linguísticas*. Florianópolis, IPOL, 2007. ISBN: 978-85-88456-60-0

CALVET, Jean-Louis – *Language Wars and linguistic politics*. Oxford University Press. 1998.

CALVET, Jean-Louis - *Pour une écologie des langues du monde*. Paris, Plon, 1999.

COOPER, Robert L - *Language planning and social change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989. ISBN 0-521-33359-8.

COUTO, Jorge – *Língua Portuguesa: perspectivas para o séc. XXI*. Instituto Camões, 2001.

Disponível na internet:
<http://teiaportuguesa.tripod.com/cacaaotesourolusofonia/jorgecoutolinguaportsecXXI.pdf>

CPLP, Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP. CPLP/IILP, Lisboa, 2010.

Diário da República, 1.ª série - N.º 231 - 27 de Novembro de 2008

DE SWAN, A. – *Words of the World*. Cambridge: Polity Press, 2001.

Entrevista com Luís Faro Ramos

Notícia disponível na internet: https://www.sapo.pt/noticias/instituto-camoes-diz-que-40-paises-com-ensino_5c00c4af3425122846cab53d

ESPERANÇA, J. e Outros - *Potencial Económico da Língua Portuguesa*.

Disponível na internet:

https://www.researchgate.net/publication/319356636_Potencial_Economico_da_Lingua_Portuguesa

FISHMAN, J. A. – *Hanbook of Language and Ethnic Identity*. Oxford, Oxford University Press

FERGUSON, Charles A. - *Sociolinguistic Settings of Language Planning*. 1977.

Disponível na internet: <https://books.google.co.zw/books>

FONTES, José - *Novas identidades: Portugal e a Lusofonia*. In Carvalho, Dulce; Vila Maior, Dionísio; Teixeira, Rui de Azevedo, org. - *Des(a)fiando discursos [Em linha] : Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*. Lisboa : Universidade Aberta, 2005. ISBN 972-674-456-3, p. 349-354

GALITO, M. Sousa – *Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho*, Outubro de 2006.

GALITO, M. Sousa e CORRÊA d'ALMEIDA, A.– *Portuguese Language: Common Legacy with World Potential*. USA, 2009.

GARNER, M. – *Ecologia da Língua como Teoria Linguística*. Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 01, n. 02, p. 65-78, 2015

GORDINO, Anaísa - *O Português nas organizações internacionais. Para uma Estratégia de Difusão e Implementação da Língua Portuguesa*. UAB, 2017. Tese de Mestrado

GRAYLEY, M. - *A Língua Portuguesa como ativo político - Um mundo de oportunidades para os países lusófonos*. Curitiba, Appris, 2019. ISBN: 978-85-473-2218-2.

GUIMARÃES, F. – *O Instituto Camões e a Política Externa Cultural Portuguesa*. XIII Encontro de história Anpuh-Rio, Identidades.

HAUGEN, E. - *The Ecology of Language*. Stanford, Stanford University Press, 1972.

KAPLAN, Robert B. e BAUDAUF JR., Richard B. – *Language Planning from practice to theory*. Multilingual Matters, 1997.

MARCHESAN e RAMOS – *Língua, fronteira e o ensino de português como língua estrangeira*. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 178-187, abr./jun. 2014
Disponível na internet: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2014v11n2p178>.

MOREIRA, Adriano – *Temas da Lusofonia em Lusofonia: uma História, um Projecto, Uma Questão*. Discursos, Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p.16.

MOTA, M.– *Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Tese de Mestrado.

Disponível na internet: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/>.

NÓBREGA, M. – *Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação*. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016

Observatório da língua portuguesa – site

Disponível na internet: <https://observalinguaportuguesa.org/category/dados-estatisticos/>

OLIVEIRA, Gilvan – *O Instituto internacional da língua portuguesa da CPLP – Aspectos da gestão de uma organização politico-linguística original*. Linha D'Água (online), São Paulo v.32, n. 2, pp. 11-36, 2019.

OLIVEIRA, Gilvan - *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI*. Trab. linguist. apl. vol.52 no.2 Campinas July/Dec. 2013

Disponível na internet:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>

OLIVEIRA, S. – *Política e planeamento linguístico da língua portuguesa na Namíbia: perspectivas de futuro*. Lisboa, 2015. Tese de Mestrado

ORTIZ, R. – *As Ciências Sociais e o Inglês*. RBCS, v.19, 2004.

PARKER G. – *Language planning and Language management: the case of French*. EBSCO Publishing, 2003.

PINTO, P. Feytor – *Política de Língua na democracia portuguesa (1974-2004)*. Lisboa, UAB, 2008. Tese de Doutoramento

PINTO, P. Feytor e MELO-PFEIFER S. – *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa, Lidel, 2018. ISBN 978-989-752-350-2.

PIRES, M. – *Educação e Cidadania: Consciência nacional no contexto europeu*. Revista portuguesa de pedagogia, 2007, 41 (1), pp 23-39

Portal da língua portuguesa. – site

Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/about.html>

Programa III governo constitucional português

Programa IV governo constitucional português

Programa V governo constitucional português

Programa VI governo constitucional português

Programa VII governo constitucional português

Programa VIII governo constitucional português

Programa IX governo constitucional português

Programa X governo constitucional português

Programa XI governo constitucional português

Programa do XII governo constitucional português

Programa do XIII governo constitucional português

Programa do XVII governo constitucional português

Programa do XVIII governo constitucional português

Programa do XIX governo constitucional português

Programa do XXI governo constitucional português

Programa do XXII governo constitucional português

PUC-Rio – Certificação digital Nº 0220913/CA – *Política Linguística: Fundamentação Teórica*.

Disponível na internet: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9612/9612_3.PDF

REIS, Carlos – *O discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão*. Universidade Aberta, Lisboa, 1992. ISN 0872-0738

Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.2/3937>

REIS, Carlos (Coord.) e Outros – *Estudo: Internacionalização da Língua Portuguesa – Para uma Política Articulada de Promoção e Difusão*. Lisboa. 2008. ISBN 978-972-614-499-1

RETO, Luís e Outros – *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. 2016

RETO, Luís (Coord) e Outros – *O Essencial sobre A Língua Portuguesa como Ativo Global*. INCM, Lisboa, 2020. CÓD. 1023986

RICENTO, T. – *An Introduction to Language Policy, Theory and Method*. Blackwell, Australia, 2006.

RICENTO, T. – *Historical and theoretical perspectives in language policy and planning*. University of Texas, San Antonio, *Journal of Sociolinguistics*, 2000, 196-213.

SALOMÃO, R. - *Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação: Para uma Política de Línguas Estrangeiras ao Serviço da Internacionalização da Economia Portuguesa*. Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

SILVA, D. – *O passado no presente: História da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior*. 2010, *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº4.

SILVA, E. – *A pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos*, Campinas, Trab. Ling. Aplicada, 289-320, 2013.

SILVA FILIPE, Mário - *A internacionalização da língua portuguesa. Difusão da Língua Portuguesa em Ensino a Distância*. Janeiro 2008

SILVA FILIPE, Mário – *A língua portuguesa e os desafios do mercado de trabalho*. Lisboa, Conferência Multilinguismo e empregabilidade

SILVA FILIPE, Mário - *Os desafios e o valor social e cultural da língua portuguesa*. Congresso Internacional de Línguas e Culturas Lusófonas no Mundo, 28 e 29 de maio de 2013, Sorbonne Nouvelle, Institut du Monde Anglophone, Paris

SILVA FILIPE, Mário - *Promoção da Língua Portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. Lisboa, 2005. Tese de Doutoramento

SILVA FILIPE, Mário – *Qualificação do Ensino de Português no Estrangeiro e difusão da língua portuguesa*. Lisboa, 2013.

SPOLSKY, B. – *Language Policy*. Cascadilla Press, Somerville, 2005. ISBN 978-1-57473-107-1

SPOLSKY, B. – *Sociolinguistics*, Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-437211-1

TIMBANE, A. e Outros – *As políticas e o desenvolvimento endógeno em África*, UEMS, Campo Grande, 2014 Vol. 5 N° 13, ISSN: 2178-1486.

TONKIN, H. – *Language and The United Nations: A preliminary review*. Hartford

Disponível na internet: <https://esperanto-un.org/images/languages-un-tonkin-draft-dec2011.pdf>

Anexos

Questionário – Ricardo Salomão

Questões:

1- Tendo em conta o atual quadro linguístico em relação à Língua Portuguesa que apresenta cerca de 220 milhões de falantes (Ethnologue 2019), acredita que Portugal teve algum papel político ativo que contribuiu para esses dados, ou deve-se em exclusivo ao aumento demográfico de vários países de Língua Portuguesa?

O aumento demográfico teve certamente um papel significativo. No entanto, Portugal tem tido uma ação direta importante na defesa da língua e também na ação indireta apoiando os governos de países e territórios com Língua Oficial Portuguesa (LOP) (e não só). O papel destes governos tem sido fundamental para esses números.

Por outras palavras, as Políticas de Língua tiveram um papel determinante.

2- Que papel deve desempenhar Portugal no futuro e na divulgação da Língua Portuguesa, tendo em conta o cenário pandémico e pós pandémico que marcaram os últimos tempos?

O mesmo papel, adaptando-o às condições que a realidade, sucessivamente, apresenta.

3- *A CPLP poderia atualmente desempenhar um papel mais ativo no sentido de contribuir para uma efetiva internacionalização da Língua Portuguesa?*

A internacionalização da Língua Portuguesa é efetiva, não há nenhuma dúvida sobre isso e foi mesmo uma das principais razões para os países com LOP a terem escolhido após a sua independência.

Dito isto, sim, a CPLP podia ter um papel mais ativo. Incluindo Portugal. Com todos os cuidados que salvaguardem a autonomia dos países participantes e prevenindo visões neocoloniais.

4- *Ainda em relação à CPLP, acredita que todos os países da comunidade têm o mesmo compromisso linguístico?*

Não podemos esquecer que os restantes países da CPLP têm realidades multilingues.

5- *Qual é, para si, o verdadeiro valor da Língua Portuguesa, efetuando se assim entender uma comparação (talvez injusta) com a (híper-central) Língua Inglesa?*

É uma língua internacional e isso já a coloca num cenário partilhado por pouquíssimas outras línguas. É uma língua de expressão de culturas diversificadas e sofisticadas.

No entanto, na minha modesta opinião, o verdadeiro valor da Língua Portuguesa está em cada um dos seus falantes. Do presente ao passado.

Ricardo Salomão

Questionário – Miguel Teixeira

Questões:

- 1- Tendo em conta o atual quadro linguístico em relação à Língua Portuguesa que apresenta cerca de 220 milhões de falantes (Ethnologue 2019), acredita que Portugal teve algum papel político ativo que contribuiu para esses dados, ou deve-se em exclusivo ao aumento demográfico de vários países de Língua Portuguesa?*

Naturalmente que Portugal desempenhou um ativo e extraordinário papel político ao longo da sua História, predominantemente a partir do início do século XV, contribuindo decisivamente para que presentemente, a língua portuguesa se assumia como uma das mais influentes no mundo, com cerca de 280 milhões de falantes. Desde logo, em consequência dos descobrimentos portugueses no século XV, a língua portuguesa foi a primeira a ser espalhada pelo mundo inteiro, que se manifestava ao nível das transações comerciais económicas, mas também ao nível diplomático e político, podendo mesmo ser considerada ainda hoje um forte ativo político (Grayley, Mónica – “A língua portuguesa como ativo político”, editora Appris, 2019).

Com efeito, a primeira globalização foi feita pelos navegadores portugueses, ao longo dos séculos XV e XVI, com o desígnio nacional de “dar novos mundos ao mundo”, sulcando mares “nunca dantes navegados” (Proposição, “Os Lusíadas”. Esse grande objetivo, que contribuiu de forma efetiva para a mundividência da Língua Portuguesa, foi sintetizado por Camões logo na “Proposição” de “Os Lusíadas” quando afirma: “As armas e os barões assinalados/que da ocidental praia lusitana/por mares nunca de antes navegados/passaram ainda além da Taprobana (ilha de Ceilão). E mais à frente:

“e também as memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a fé, o império e as terras viciosas de África e de Ásia, andaram devastando” (...) cantando espalharei por toda a parte/se a tanto me ajudar o engenho e arte”.

Daí que possamos concluir que as navegações e descobertas portuguesas do século XV fizeram do português a primeira língua a ser globalizada, mas mantiveram oculto por séculos o poder da língua como ativo político. Hoje em dia, considero que o idioma de mais de 280 milhões de falantes pode trazer à luz a influência geopolítica já explorada pelo espanhol, pelo inglês e pelo francês com a francofonia. Com efeito, hoje há um “mar de oportunidades” que se oferecem à cada vez maior expansão e internacionalização da língua Portuguesa, desde logo ao nível da promoção do marketing diplomático do idioma, na potencialização do poder económico da língua ou na forma como a política da língua pode consubstanciar a cooperação e competição no eixo Norte-Sul. Por outro lado, é extremamente importante para o processo crescente da internacionalização da língua portuguesa, a eficiência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o interesse crescente de outros países pelo bloco de língua portuguesa, com sede em Lisboa. Em conclusão, penso ser necessário para uma correta e eficiente internacionalização e crescimento da língua portuguesa no contexto global, a promoção coordenada do português, com um instituto multinacional de ensino que exporte a língua a novos mares de afirmação e influência geopolíticas, resgatando o seu lugar de conquista na História.

Em conclusão e respondendo à questão: O aumento demográfico nos países lusófonos, particularmente no Brasil, foi fundamental para o facto de hoje a nossa língua ser falada em todos os continentes, por cerca de 280 milhões de falantes. No entanto, Portugal tem desempenhado um papel político ativo nos últimos cinco séculos, que em certa medida, é responsável por um tão grande número de falantes.

2- Que papel deve desempenhar Portugal no futuro e na divulgação da Língua Portuguesa, tendo em conta o cenário pandémico e pós pandémico que marcaram os últimos tempos?

Como atrás referi, para potenciar e estimular o enorme potencial de crescimento e afirmação da nossa língua no contexto global, penso ser necessário, entre outras situações,

para uma correta e eficiente internacionalização e crescimento da língua portuguesa no contexto global, a promoção coordenada do português, com um instituto multinacional de ensino que exporte a língua a novos mares de afirmação e influência geopolíticas, resgatando o seu lugar de conquista na História. Torna-se vital, na minha perspectiva, estabelecer uma rede de programas de investigação que associem estreitamente as universidades dos países lusófonos tendentes a elaborar atlas linguísticos, dicionários etimológicos e dicionários multilingues e, ainda, a desenvolver técnicas de tradução automáticas. Tendo a Internet um crescente peso no estabelecimento de uma comunicação de acesso universal e imediato, seria também oportuno assegurar, no quadro desta ferramenta utilitária, a permanência e a salvaguarda do uso dos traços distintivos recorrentes nas línguas românicas, tais como os sinais diacríticos, escapando à tentativa normalizadora unificadora e homogeneizante de outras línguas. Importa que os Estados membros da CPLP concertem esforços no sentido de aprofundar a cooperação visando a promoção internacional da língua portuguesa, preferencialmente de forma articulada no seio do instituto internacional de língua portuguesa. O recurso às modernas tecnologias de comunicação — em que assume papel preponderante a Internet — poderá contribuir para criar uma grande rede de ligações entre os países membros da CPLP, proporcionando um melhor conhecimento recíproco dos nossos povos e culturas. O Instituto Camões, que tem por missão institucional promover a língua e a cultura portuguesas no mundo, interpreta a sua missão numa perspectiva alargada entendendo a "portuguesa língua" como um traço de união que liga Portugal aos países que a adotaram como seu idioma. O Instituto Camões deveria, a meu ver, formular propostas aos sete países lusófonos no sentido de designarem, pelo menos, uma instituição que nos respectivos países se dedique à nobre missão de promover e difundir a respectiva cultura no sentido de criar bases de dados e promover a sua interligação, medida que contribuiria não só para melhorar o conhecimento entre os nossos povos, mas também para promover a língua comum — embora com as suas especificidades e variedades próprias — e as nossas diferentes culturas em outros espaços linguísticos. Neste contexto, caberá referir a ação desenvolvida pelo Instituto Camões para promoção e difusão da língua portuguesa, dotando um universo alargado de utentes dos instrumentos indispensáveis ao seu estudo e à sua utilização. Saliente-se a criação do Centro Virtual Camões que abriga um importante conjunto de materiais destinados a promover o ensino do Português Língua Estrangeira (PLE), um conjunto de bases temáticas que gratuitamente permite a todos os

interessados a aprendizagem da língua portuguesa nos mais diversos cantos do mundo, desde que estejam ligados à Rede.

3- A CPLP poderia atualmente desempenhar um papel mais ativo no sentido de contribuir para uma efetiva internacionalização da Língua Portuguesa?

A CPLP pode e deve desempenhar um papel muito mais ativo e interventivo contribuindo dessa forma para uma efetiva internacionalização da língua portuguesa.

Com efeito, Instituída formalmente em Lisboa, a 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) corporiza o projecto da lusofonia que assenta numa perspectiva cujo eixo se baseia no facto de que os diversos pólos constitutivos são um instrumento e um trilho que coincide na língua portuguesa e nas culturas lusófonas, mas que se afirma no multiculturalismo. Trata-se de uma comunidade aberta ao mundo e múltipla nas suas diferenças e no legado comum, pelo que constitui objectivo estratégico estimular os contactos que possibilitem às diversas culturas que se exprimem na língua de Camões, de Vieira, de Pessoa, de Machado de Assis, de Craveirinha ou de Pepetela, uma dinâmica de reconhecimento progressivamente mais intenso no âmbito das culturas lusófonas. A CPLP, Comunidade à qual pertencemos é, do ponto de vista das comunidades internacionais, mais democrática, em que a um país corresponde um voto. Temos a Commonwealth, que a Rainha da Inglaterra por tradição preside. Temos a Francofonia, em que a França assume sempre a presidência e a liderança. No caso da CPLP o que nós temos é um conjunto de oito países iguais em direitos e em deveres, com os mesmos votos, e que assumem rotativamente o secretariado e o secretariado executivo da instituição. O ideal da lusofonia encontra as suas origens mais remotas no projecto messiânico do quinto império de autoria do padre Antônio Vieira (1608-1697), retomado e reformulado no nosso século por Fernando Pessoa (1888-1935) que, sobretudo no Livro do Desassossego, concebe a língua portuguesa como um espaço do futuro império espiritual, caracterizado pela universalidade. Despida das roupagens imperiais — e apesar das diferenças continentais — a língua portuguesa apresenta-se, como já diziam Vieira e

Pessoa, como o mais forte cimento da lusofonia. Os múltiplos imperativos geopolíticos, impostos pela diversidade geográfica, encontram a complementaridade e fecundidade que a dispersão dos componentes da CPLP permite: Portugal na União Europeia, o Brasil no Mercosul, os Estados africanos na CeDeAo e na SADC, e Timor na ASEAN. Temos outro carácter distintivo da nossa comunidade que é extremamente interessante. Enquanto a generalidade das comunidades tem uma ligação com a Europa e outro continente — no caso da comunidade hispânica, Espanha e América, no caso da Francofonia, França e África — a CPLP está dispersa pelos quatro continentes. Será, na realidade, na óptica inter-regional que residirão as melhores oportunidades da CPLP, permitindo construir na área atlântica euro-afro-americana um bloco lingüístico que se revista de cumplicidades afectivas e de solidariedades culturais. A nossa comunidade, dada a sua dispersão continental, não poderá aspirar a formar um bloco político ou económico, mas, sim, um bloco em que a língua e os laços efetivos, históricos e culturais constituirão o cimento. Esses três elementos língua, identidade cultural e afetividade constituem um poderoso antídoto no mundo globalizado de hoje, que não é suscetível de ser transformado em mercadoria e que pode constituir para todos nós, dispersos pelos quatro continentes, um elemento extremamente importante de afirmação, de identidade lingüística e cultural.

4- Ainda em relação à CPLP, acredita que todos os países da comunidade têm o mesmo compromisso lingüístico?

Julgo que tal ainda não sucede conforme seria expectável. Portugal e Brasil, fundamentalmente têm sido o “motor” visando o mesmo compromisso lingüístico no âmbito dos PALOP, mas há infelizmente ainda um enorme caminho a percorrer.

5- *Qual é, para si, o verdadeiro valor da Língua Portuguesa, efetuando se assim entender uma comparação (talvez injusta) com a (híper-central) Língua Inglesa?*

O facto de a nossa língua estar espalhada pelos cinco continentes representa um valor extraordinariamente relevante fundamental para o seu crescimento e afirmação à escala global. Como refere Jorge Couto, professor universitário e ex. Presidente do Instituto Camões, A Lusofonia constitui, assim, um sistema de comunicação linguístico e cultural na língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas, geográficas e sociais, que incluem países que a adoptam como materna (Portugal e Brasil), oficial (os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — PALOP) ou de uso (Timor Loro Sae, Macau, Goa, Damão, Málaca - Ásia) e as numerosas comunidades portuguesas, brasileiras, angolanas, cabo-verdianas e moçambicanas espalhadas pelo mundo, ou seja, a "diáspora lusófona". Despida das roupagens imperiais — e apesar das diferenças continentais — a língua portuguesa apresenta-se, como já diziam o Padre António Vieira e Fernando Pessoa, “como o mais forte cimento da lusofonia”.

Miguel Teixeira